

CLEUBER CRISTIANO DE SOUSA

A LINGUÍSTICA PELO ESTUDO DA ENUNCIÇÃO

A LANGUAGE FOR THE STUDY OF ENUNCIATION

CACERES

2017

**UNEMAT – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
NÍVEL MESTRADO**

CLEUBER CRISTIANO DE SOUSA

A LINGUÍSTICA PELO ESTUDO DA ENUNCIÇÃO

Orientador / Supervisor: Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karin

A LANGUAGE FOR THE STUDY OF ENUNCIATION

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Linguagens da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Master's dissertation presented to the Languages Institute of the State University of Mato Grosso (UNEMAT) to obtain the title of Master of Linguistics.

CACERES

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Sousa, Cleuber Cristiano de

A Linguística pelo estudo da enunciação./Cleuber Cristiano de Sousa.
Cáceres/MT: UNEMAT, 2017.

72f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de
Pós-Graduação em Linguística, 2017.

Orientador: Taisir Mahmudo Karin

1. Linguística – enunciação. 2. Linguagem. 3. Enunciação - linguística. I.
Título.

CDU: 81'1

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karin

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Di Renzo

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues

SUPLENTE:

Prof^a. Dr^a Jocineide Macedo Karim

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

À minha família, que esteve ao meu lado em todos os momentos;

Aos meus familiares, por toda referência e pela contribuição na constituição do sujeito;

À Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC - MT;

À Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proporcionar tudo;
À UNEMAT, gestores, professores e
colaboradores;
Ao meu orientador, Prof. Dr. Taisir Mahmudo
Karim;
À Reitora da UNEMAT, Prof^a Dr^a Ana Maria
Di Renzo;
Ao amigo de sempre e mentor, Prof. Domingos
Vieira de Assunção;
Ao amigo de luta na educação, Prof. Aguinaldo
Garrido.

[...] Todas as pesquisas que fiz nesses últimos anos e o projeto que criei têm em vista o mesmo propósito. [...] Em resumo, minha preocupação é saber como a língua “significa” e como ela “simboliza”. As tendências atuais de uma certa escola de lingüistas querem analisar a língua sobre a base da distribuição e das combinações formais. Parece-me que é tempo de abordar com métodos novos o conteúdo dessas formas e ver segundo quais princípios ele é organizado. (BENVENISTE apud BRUNET; MAHRER, 2011, p. 35).

RESUMO

A semântica do Acontecimento é uma teoria que possibilita, a partir de uma análise linguística, mobilizar os múltiplos sentidos constitutivos de uma materialidade linguística fundamentada no materialismo histórico. Esse lugar específico de observação nos permite analisar o movimento de uma expressão linguística que, inicialmente se apresenta como descrição de algo, mas ao sofrer um deslocamento semântico passa a se apresentar enquanto nome, assim, tomamos este estudo a partir de uma perspectiva enunciativa, pela atualização do dizer. Este trabalho se orienta pelos estudos da Semântica da Enunciação. Os estudos se norteiam pela análise do funcionamento enunciativo da expressão linguística, que se refere, que vincula à descrição, e seu movimento semântico pela designação do nome, com uma materialidade histórica do real. A pesquisa é sobre o processo designativo da nomeação Mato Grosso, como funcionamento semântico-enunciativo, como significação de um nome. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa se fundamenta na compreensão de como a Linguística, estudo científico da linguagem humana, possibilita a análise do movimento de uma expressão linguística, que inicialmente se apresenta como descrição de algo, mas ao sofrer um deslocamento semântico passa a apresentar enquanto nome, como perspectiva enunciativa, pela atualização do dizer. Esta pesquisa, entrão, se propõe apresentar a Linguística, tendo como fundamento basilar os pressupostos de Ferdinand de Saussure, (1913) e, neste percurso, as outras correntes teóricas: estruturalismo, distribucionalismo, funcionalismo, gerativismo, pragmática, teoria dos atos da fala e análise de discurso, pela retina do estudo semântico-enunciativo, considerando que o sentido se dá, conforme Guimarães (2002), no acontecimento do dizer. A análise se dará por meio do aporte teórico da Semântica do Acontecimento, teoria desenvolvida por Eduardo Guimarães, considerando os estudos de Émile Benveniste (1995). Nesta orientação, será analisado o movimento semântico enunciativo, os sentidos, que são construídos e reconstruídos, e o processo de semantização da expressão/nome *mato grosso* – *Mato Grosso*, passando a identificar um povo em especial. Neste estudo, tomando a linha de pesquisa Estudos e Análise dos Processos Discursivos e Semânticos, apresentaremos as teorias linguísticas como base ou fundamento para uma pesquisa do acontecimento linguístico da enunciação, com fulcro nos sentidos que emergem no processo de nomeação, considerando este um acontecimento enunciativo. Analisamos de forma específica a designação enunciativa da expressão Mato Grosso na letra do hino do estado de Mato Grosso. Vamos observar como isso, ao semantizar, identifica social e culturalmente os habitantes que ali vivem. Neste movimento semântico enunciativo, os sentidos são construídos e reconstruídos e o processo de semantização dessa expressão passa a identificar um povo em especial. A instabilidade deste deslizamento semântico da enunciação não permite a fixidez da descrição literal ou a denotação. O acontecimento ao temporalizar relaciona e ao relacionar e inscrever a história no tempo da enunciação, pinça-se um ser que não é físico, nem tampouco vive em um mundo físico e, sem centralidade no sujeito empírico, irrompe pelo social, pelo simbólico e pela história. É neste caminho que se observa o papel da história atravessando o sujeito que em um memorável de historicização compartilha significações e o sujeito é afetado pelo simbólico. A partir deste memorável, é trazida a expressão Mato Grosso de forma não descritiva e sim repleta de significações, sendo que em 1734, as Minas de Mato Grosso, nome de descrição recebido pelos irmãos Pães de Barros, fizeram, assim, emergir a exuberante e desafiante extensão de *mato grosso*, que mais do que espesso ostentava a expressão protuberante de sua vegetação que dificultava o acesso e coloca a provas todo o planejamento dos bandeirantes de conquista e glória.

Palavras-chave: Linguagem. Linguística. Enunciação. Ensino.

ABSTRACT

The semantics of the Event is a theory that enables, from a linguistic analysis, to mobilize the multiple meanings constituting a linguistic materiality based on historical materialism. This specific place of observation allows us to analyze the movement of a linguistic expression that initially presents itself as a description of something, but when undergoing a semantic displacement it begins to present itself as name we take this study from an enunciative perspective, by the update of the saying. This work is guided by the studies of Semantics of Enunciation. The studies are guided by the analysis of the enunciative operation of linguistic expression, which refers to the description, and its semantic movement by the name designation, with a historical materiality of the real. The study is about the designative process of naming Mato Grosso, as a semantic-enunciative operation, as meaning of a name. Thus, the objective of this research is based on the understanding of how Linguistics, a scientific study of human language, allows the analysis of the movement of a linguistic expression, which initially presents itself as a description of something, but when suffering a semantic displacement, As name, as enunciative perspective, by the actualization of saying. This research proposes to present Linguistics, based on the assumptions of F. Saussure and, in this way, the other theoretical currents: structuralism, distributionalism, functionalism, generative, pragmatic, speech acts theory and analysis of Discourse. The analysis will take place through the theoretical contribution of Semantics of the Event, a theory developed by Eduardo Guimarães, considering the studies of Benveniste (1995). In this orientation, we will analyze the enunciative semantic movement, the senses that are constructed and reconstructed, and the process of semantization of the expression *mato grosso*, starting to identify a particular people. In this study, taking the line of research Studies and Analysis of Discursive and Semantic Processes, we present the linguistic theories as a basis for a research of the linguistic event of enunciation, with a focus on the senses that emerge in the naming process, considering this an enunciative event. We analyze the enunciative designation of the expression Mato Grosso in the lyrics of the anthem of Mato Grosso. Let us observe how this, in semantizing, socially and culturally identifies the inhabitants who live there. In this enunciative semantic movement, the senses are constructed and reconstructed and the process of semantization of this expression starts to identify a particular people. The instability of this semantic slip of the enunciation does not allow the fixedness of the literal description or the denotation. The event in temporizing relates and in relating and inscribing history at the time of enunciation, a being who is not physical, nor lives in a physical world, and without centrality in the empirical subject, breaks through the social, the symbolic and the history. It is in this orientation that one observes the role of history traversing the subject who in a memorable historicization shares meanings and the subject is affected by the symbolic. From this memorable, it is brought in a non descriptive way but full of significations, being that in 1734, Mato Grosso, name of description received by the brethren Pães de Barros, that thus made emerge the exuberant and challenging extension, which, more than thick, boasted the protuberant expression of its vegetation, which made access difficult, and put to the test all the planning of the bandeirantes of conquest and glory.

Keywords: Language. Linguistics. Enunciation. Teaching.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I	
A LÍNGUA: PODER, SABER E VERDADE	13
1.1 O Caráter Linear da Imagem Acústica – O Significante	18
CAPÍTULO II	
A LINGUÍSTICA PÓS-SAUSSUREANA	21
2.1 O Estruturalismo	21
2.2 O Distribucionalismo	23
2.3 O Funcionalismo	24
2.4 O Gerativismo ou Gramática Gerativa Transformacional	26
2.5 A Pragmática	28
2.6 A Teoria dos Atos da Fala	29
2.7 Procedimentos Metodológicos de Natureza Linguística	30
2.7.1 As dimensões da linguagem	30
2.7.2 A língua, a linguagem, a fala e o texto	31
2.7.3 A teoria Análise de Discurso	32
CAPÍTULO III	
A LÍNGUA, A HISTÓRIA E O SUJEITO	33
CAPÍTULO IV	
A ANÁLISE DE DISCURSO	36
4.1 A Constituição do Sujeito	36
CAPÍTULO V	
A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	43
5.1 A Designação	43
5.2 Análise da designação enunciativa da palavra Mato Grosso, no Hino do Estado de Mato Grosso	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	70

APRESENTAÇÃO

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem. (BENVENISTE, 2005, p. 285)

Este trabalho se orienta pelos estudos da Semântica da Enunciação. Nesta orientação, os estudos se norteiam pela análise do funcionamento enunciativo da expressão linguística, que se refere, que vincula à descrição, e seu movimento semântico pela designação do nome, com uma materialidade histórica do real. O estudo é sobre o processo designativo da nomeação Mato Grosso, como funcionamento semântico-enunciativo, como significação de um nome, não na sua forma abstrata. E é na relação da linguagem com o mundo e o sujeito que enuncia que fundamentaremos nosso estudo, ou seja, como ao dizermos algo, falamos das coisas e, assim, novos dizeres ressurgem, na atualização do dizer.

Por que o estudo da enunciação?

Porque para Benveniste (2005), é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, sendo a linguagem uma condição de existência humana.

Benveniste (1989) diz sobre a significação que, “antes de qualquer coisa a linguagem significa, tal é o seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções no meio humano”. (BENVENISTE, 1989, p. 289).

Vê-se, pois, a horizontalidade cada vez mais abrangente do tema a que ora nos propomos explicar, principalmente se nos fundamentamos nos estudos enunciativos e, considerando a enunciação um acontecimento da linguagem, constituindo-se pelo funcionamento da língua. É importante ressaltar nesta primeira instância em que a questão se torna problemática ao distanciar a noção de centralidade do sujeito, ou melhor, distanciando dos estudos que tomam o sujeito bio-psíquico, para nós o sujeito se constitui na e pela linguagem.

Eis a dualidade próxima e equidistante do tema da presente pesquisa, itinerário relevante a nos motivar para o emaranhado multifacetado da linguagem, como enunciação, enquanto fenômeno intersubjetivo, marcado pela atualização do dizer, pela movimentação semântico-enunciativa. Neste percurso, três elementos são analisados para o entendimento do

acontecimento da linguagem, que é o que analisaremos na expressão linguística descritiva se deslizando pela designação para o processo constitutivo de sentidos outros.

A língua, o sujeito e a enunciação são elementos constitutivos do acontecimento discursivo, incluindo a eles a materialidade sócio-histórica. O acontecimento do dizer orienta o movimento semântico de uma expressão descritiva até sua passagem enquanto nome. A justaposição no processo linguístico-estrutural da morfossintaxe da palavra “*mato grosso*” é o ponto de partida para a análise do deslizamento na construção de sentidos, no acontecimento discursivo.

É uma pesquisa complexa? Sabemos que a é, porém não impossível, contanto que nos aprofundemos o suficiente para buscar o todo em detalhes importantes que nos levem a trazer para a materialidade histórica algo que, apesar dos estudos desenvolvidos por linguistas consagrados, ainda oferece múltiplas formas e vias de sua expressão, para o contributo de um tema aos que se interessam pela linguagem enquanto enunciação.

Distribuimos o conteúdo do trabalho em 5 (cinco) capítulos, colocados pormenorizadamente, não poupando esforços para deixar o leitor mais à vontade no perpassar do tema. Após pesquisa bibliográfica, tecemos as considerações finais.

No Capítulo I, A Língua: Poder, Saber e Verdade, fazemos uma análise histórica e nos posicionamos de acordo às teorias linguísticas e seus fundamentos. A compreensão da linguística em sua perspectiva transdisciplinar possibilita uma noção mais abrangente dos processos relacionais, na similaridade, e por oposição aos conceitos e postulados linguísticos. No Capítulo II, apresentamos a linguística pós-saussuriana, falamos dos métodos e procedimentos linguísticos do estruturalismo, tratamos ainda de conceitos e postulados da linguística moderna em oposição à sincronia e à diacronia, como percurso de uma linguística moderna que não dá conta do sentido, porquanto não se concebe um percurso enunciativo, de funcionamento semântico-enunciativo que se desloca dos estudos referencialistas e passa a levar em conta o acontecimento do dizer, pois enunciar significa e ao significar, semantiza. O Capítulo III tem, na “Língua, História e Sujeito” a concepção de materialidade de um sujeito discursivo, articulado e afetado pelo simbólico e atravessado pela história, em que sobressai em especial as obras de Eni Puccinelli Orlandi. O Capítulo IV, A Análise de Discurso, se fundamenta na constituição do sujeito em Michel Pêcheux e nos conceitos de Orlandi, acerca do enunciado e da subjetividade. Tem vez, então, a Análise de Discurso, em que sobressaem, mais uma vez, os trabalhos linguísticos de Orlandi. Ademais, têm vez outros linguistas que se citam, entre os quais se destaca Eduardo Guimarães (2002, p. 9) *in Semântica do Acontecimento*, para o qual:

Para a semântica linguística o que interessa é saber, no que diz respeito à relação da linguagem com as coisas, como ao dizer algo fala-se das coisas. Ou seja, a questão não é ontológica mas simbólica. Não podemos esquecer de lembrar aqui que no nascimento da linguística moderna Saussure separou de modo absoluto estas duas questões (a linguística e a da relação com as coisas) (GUIMARÃES, 2002, p. 9)

No Capítulo V, intitulado de A Semântica do Acontecimento, se apresenta a teoria Semântica do Acontecimento, a distinção entre designação e referência, e, nesta orientação, os conceitos de movimento integrativo e de acontecimento, funcionamento semântico em que as palavras significam e se semantizam. Neste capítulo, ainda, apresentar-se-á a análise da designação enunciativa da palavra Mato Grosso, no Hino do Estado de Mato Grosso. As Considerações Finais, como a própria expressão indica, é o desfecho de tudo que pudemos analisar da pesquisa, principalmente no tocante ao deslizamento semântico da descrição deslocada para a identificação do lugar, que, por meio da história, nas narrativas que relatam o acontecimento, passa a significar a identidade social, cultural e política daqueles que ali vivem e são representados e significados pelo acontecimento da nomeação.

CAPÍTULO I

A LÍNGUA: PODER, SABER E VERDADE

O estudo da língua não deve permitir a vernaculidade ou o purismo estrutural, do ponto de vista excludente do sentido. A pesquisa faz um estudo dos principais conceitos de gramática e a sua articulação como estruturas pertencentes a um modelo definido de produção textual, contudo este conhecimento subjacente não deve preterir o sentido. Com efeito, há a preocupação da análise no sujeito, enquanto afetado pelo simbólico, imaginário e real da língua, com atravessamento da ideologia, como constitutiva deste sujeito, mas este também não configura a centralidade do funcionamento semântico-enunciativo.

Como se vê, não se trata de considerar o sujeito enquanto uma mente constituída que fala. O sujeito é pensado como linguagem. (GUIMARÃES, 1998, p. 46).

Quanto ao mecanismo formal, o conhecimento e o reconhecimento dos tipos de gramática possibilitam a construção e reconstrução, e o uso adequado dos procedimentos metodológicos para a consecução de resultados na pesquisa e em sala de aula, tendo como modelo os pressupostos de uma educação tecnológica, com elementos de mediação e análise semântico-enunciativa para, enfim, partir da referência para a mobilização de sentidos.

A linguística é o estudo científico da linguagem humana. Torna-se redundante falar em linguagem humana, pois a linguagem é um fenômeno que, segundo Vygotski (2001), independe do pensamento, no contraponto à Piaget (1999), que afirmou que fenômeno do pensar antecede a linguagem, mas ambos coincidem à faculdade humana. Estas teorias são complementares ao que se refere ao entendimento da linguagem em suas várias formas de expressão.

A linguística, eu ousar dizer, é vasta. Em especial ela comporta duas partes: uma que está mais perto da língua, depósito passivo, outra que está mais perto da fala, força ativa e verdadeira origem dos fenômenos que logo se avista, pouco a pouco na outra metade da linguagem (SAUSSURE, In: CLG, 2002).

A linguística, na concepção atual, é entendida como relação transdisciplinar que permite a interação social por meio da linguagem. Assim, pode-se conceber uma valoração sem

marcas estigmatizadoras, com uma flexibilidade ortodoxa. O percurso da linguística tem, na sua gênese, uma análise muito mais antropológica do que lexicológica. As relações de intercâmbio cultural, concebidas em um universo simbólico, confirma o postulado fundante lacaniano: somos concebidos pelo desejo do outro.

Na metafísica de Aristóteles, na filosofia da linguagem, percebe-se o fato de que as substâncias, as "coisas", têm uma espécie independente de existência que as ações não têm, que as substâncias são ontologicamente mais fundamentais do que as ações. Notam-se aspectos flexionais orientados pela diacronia da língua sendo subordinados à existência real dos elementos circundantes. Esta subserviência tão permissiva tem seu *locus* de retroalimentação na semiótica Peirciana.

Encontramos um norte seguro em Aristóteles, que argumenta:

E assim, poder-se-ia até levantar a questão de saber se as palavras caminhar, ter saúde, sentar, implicam que cada uma dessas coisas seja existente, e do mesmo modo em outros casos deste gênero; pois nenhuma delas subsiste por si própria nem é capaz de manter-se separada da substância mas, antes, se realmente é alguma coisa, é aquilo que anda, ou se senta ou é saudável que é uma coisa existente. Ora, tais palavras são tidas na conta de mais reais porque existe algo definido que lhes é subjacente (isto é, a substância, ou indivíduo), que está implícito nesse predicado; pois nunca usamos a palavra "bom" ou "sentado" sem subentender isso. (Livro Zeta, capítulo 1. In Alston, W. P. (1972): *Filosofia da Linguagem*, Rio de Janeiro: Zahar, pgs. 13-24.).

As relações de primeridade, secundidade e terceridade mantêm resistentes estas hierarquias a que se submetem as ações. Mesmo a ortografia, que define o sistema social de código linguístico de uma comunidade, interdepende das coisas. O signo ocupa nos interstícios da linguagem uma função eminentemente ideológica. Precede a análise saussuriana que vê uma forma imanente de associação entre conceito e imagem acústica. Extrapola uma noção verticalizada do paradigmático e a horizontalidade do sintagmático. Institui sua veia arbitrária e, posteriormente, alega uma linearidade correspondente ao seu preceito maior, que é ser social.

Ratifica Saussure:

Como instituição social, a língua “não está completa em nenhum [indivíduo], e só na massa ela existe de modo completo” (p. 21), por isso, ela é, simultaneamente, realidade psíquica e instituição social. Para Saussure, a língua “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos

indivíduos” (p. 17); é “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (p. 22).

Neste *curriculum* se percebe um *continuum*, mas este percurso linear, progressivo e uniforme se interpõe às comunicabilidades da língua. Somos produtos da linguagem. Não somos acervos indivisos de uma propriedade inerte e sem substrato cultural. A dinamicidade da língua é uma realidade que se percebe principalmente com os novos códigos e tecnologias. As mídias sociais são o universo virtual que possibilita estas múltiplas linguagens e esta profusão de sentidos, sendo o *outro* constitutivo no sentido daquele *outro* tecnológico que diz.

Os usuários são vistos como interlocutores e a linguagem é vista como um modo de ação. Mas, mais que isso, a significação é considerada como fundamentalmente dialógica. Ou seja, o outro (destinatário) está sempre presente no sentido do que alguém diz. (GUIMARÃES, 1983. p. 18).

Assim, esta forma contínua de posicionamento se ampara no formalismo e na instituição da norma padrão da língua portuguesa, esta que é nossa e dos mais de 250 milhões de falantes espalhados pelo mundo, com previsão para 335 milhões, em 2050, segundo o periódico Público Digital. A linha teórica que defende esta relação linguagem-usuário, considerando o usuário da língua como um interlocutor é denominada de pragmática ilocucional, que vê na linguagem uma forma de ação.

O internetês é uma técnica que tende a crescer. Segundo a E-Consulting, o Brasil tem 25 milhões de internautas. E, de acordo com pesquisa do Ibope/NetRating, os brasileiros ficaram, em julho de 2015, em média, cerca de 16 horas e 54 minutos conectados, ou seja, somos a população que passa mais tempo na internet no mundo. Fica claro que a *web* e sua linguagem são coisas cada vez mais presentes no cotidiano brasileiro. O improvável é o conservacionismo imperar.

Ao pensar na linguística emerge o legado deixado pelo genebrino Ferdinand de Saussure, que instituiu cientificidade à linguagem, não só se deter na dicotomia língua x fala, como pressuposto de exclusão do sujeito e da história. Em uma análise diacrônica, a linguística pré-saussureana é a fase que antecede aos princípios de Ferdinand de Saussure e é vista como uma fase de especulação, investigação, ensejo de linearidade e formatação, bem como analisa de forma comparada as famílias linguísticas, com vistas ao entendimento das formas

precursoras da língua. Neste percurso linguístico, o sujeito foi dissociado inteiramente da análise. E se não há sujeito, não há história.

A língua não se confunde com a linguagem; é somente uma parte essencial dela. E, ao mesmo tempo um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. A linguagem é multiforme e heteróclita, a língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Ela é parte social da linguagem, exterior ao indivíduo. (SAUSSURE, 1916. p. 17.).

Os três momentos que antecedem a linguística saussureana são, a saber:

Gramática filosófica – A análise da forma e conteúdo, no que se refere à língua. Será que os nomes são instituídos segundo uma lógica sistemática ou são atribuídos de acordo ao princípio meramente arbitrário? Ex.: uma cadeira tem este nome por se parecer com algum elemento constitutivo da sua matéria ou a denominação foi instituída de forma aleatória.

Gramática universal – Razoada ou de Port Royal – Séc. XII - A linearidade da língua pela necessidade imanente da própria estrutura. O desejo da universalidade do ponto de vista comunicacional. O enredo da Torre de Babel e o esperanto, língua artificial criada em laboratório pelo médico polonês L. L. Zamenhof, em 1887.

Gramática histórico-comparatista – Estudos comparados com o *substractum* de outras línguas e por similaridade lexical, possibilitou-se, por meio de pesquisa, principalmente com o Hindu, o reconhecimento da língua indo-européia como precursora de todas as línguas. No caso da língua portuguesa, por análise diacrônica, relacionando os falares das comunidades de albaneses e pelos dialetos como o osco, o umbro e o latim primitivo, originou-se então o itálico e, posteriormente, as línguas neo-românicas, entre elas o rético, o provençal, o sárdico, o italiano, o sardo, o espanhol, o português.

A tendência de analisar as línguas, conhecidas como gramática estrutural, ou estruturalismo, se desenvolveu na primeira metade do século XXI, sob influência das ideias de Ferdinand de Saussure, divulgadas através da publicação póstuma de seu livro, o curso de linguística geral. Essas ideias revolucionaram os estudos da época dando as pesquisas em linguísticas, sobre tudo na Europa, uma nova direção, distinta da que caracterizava a gramática histórico-comparativa. (MARTELOTTA, 2008. p. 45.).

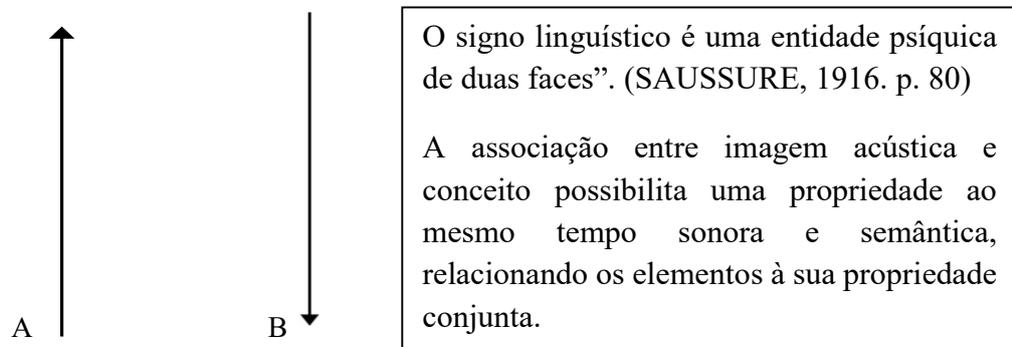
A Linguística Saussureana é fundada no século XX, em 1916, por meio do Curso de Linguística Geral – Ferdinand de Saussure (1857-1913). A linguística institui que a linguagem é um sistema de signos, pois advindo do latim *signum*, este vocábulo tem sua concepção no sentido de sinal, ou seja, apreensão do real. Para a linguística saussureana este sistema se apreende por meio da associação entre o conceito e a imagem acústica. Este signo é o fato central da linguagem. Por meio dele pode ser produzido o arcabouço de relações entre o sonoro, o visual e o verbal.

Saussure, o precursor do estruturalismo enfatizou a ideia de que a língua é um sistema, ou seja, um conjunto de unidades que obedecem a certos princípios de funcionamento, constituindo um todo coerente. À geração seguinte coube observar mais detalhadamente como sistema se estrutura: daí o termo “estruturalismo” para designar a nova tendência de se analisar as línguas. (COSTA, 2008. p. 114.).

O Signo (*semeion*) é a união do: *Signifié* ou significado – conceito e *Signifiant* ou significante – imagem acústica. O signo, para Saussure, é a associação entre imagem acústica e conceito. Imagem acústica – significante – sonoro e conceito – significado – visual. Esta relação se diferencia quando se refere à semiótica. Na semiótica, a identidade do signo se encontra nas relações de primaridade, secundidade e terceridade. O ícone, o índice e o símbolo revestem o signo de sua natureza dialógica, polifônica e transdisciplinar. É importante ressaltar que esta associação perde *status* a partir do momento em que percebemos a primazia do significante sobre o significado.

Analise o modelo a seguir:

Figura 01. Conceituação de Signo Linguístico



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor.

O signo possui como princípio uma natureza arbitrária (aleatória). Não se tem ato motivacional para que o cão se chame cão. Na natureza arbitrária do signo, não há nenhum elo entre o significado e o significante. As relações de associação se dão por meio da convenção da sociedade por meio da denominação imotivada de cada signo. A comunidade linguística se incumbem de sistematizar os nomes por meio de sua criatividade inata.

Saussure entende que a linguagem não é uma nomenclatura, seus conceitos não são preexistentes, mas conceitos mutáveis e contingentes que variam de um estado de uma língua para outra. É neste espaço que se observam relações de pertinência de acordo aos aspectos culturais, espaço este que se inclui o sistema de código de uma comunidade. Não se outorga uma valoração totalmente antropológica, remetendo à análise do alemão Franz Boas (2004), porém se ancora na propriedade autônoma de uma geografia linguística instituída socialmente e posicional.

Assim, como a relação entre significante e significado é arbitrária, não há nenhuma razão para um conceito ser ligado a determinado significante. Não há motivação nesta ligação, a não ser pelo seu caráter de arbitrariedade. O linguista afirma que o significado associado a um significante pode tomar qualquer forma, pois, para ele, as unidades linguísticas têm identidade relacional.

1.1. O Caráter Linear da Imagem Acústica – O Significante

No dizer de Saussure (1995, p.84) “o significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só direção: é uma linha”.

Quanto ao estudo da língua, em linguística, o que vem a ser *Langue* e *Parole*, para o sentido de sincronia e diacronia? Enunciam-se os conceitos:

A *Langue*: é o sistema de uma língua, a língua como sistema de formas: Social. Este pressuposto se concebe de forma material quando se percebe o desenvolvimento conjunto de sua asserção. A concepção sincrônica da língua se materializa na fala. A comunidade que compartilha o seu código socializa muito mais que letras, sílabas, palavras, frases, orações ou períodos, ela compartilha cultura pura, traços constitutivos de sua identidade.

De um lado, o conceito nos aparece como a contraparte da imagem auditiva no interior do signo, e, de outro, este mesmo signo, isto é, a relação que une seus dois elementos, é também, e de igual modo, a contraparte dos outros signos da

língua. (...) A língua [é] um sistema em que os termos são solidários e o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros (SAUSSURE, 2002. p. 133).

A *Parole*: é a fala real, os atos de fala: Individual. A materialidade da língua se fundamenta nas características identitárias de pertencimento social de cada falante da língua. Ela reveste a língua de características de propriedade viva, mutável e que recebem influências transitórias ou permanentes, dependendo do caráter ideológico e da natureza persuasiva dos seus elementos operatórios. Estes aparelhos que funcionam como equipamentos sociais que reverberam vozes dialógicas por meio da polifonia, em uma arena de vozes constante.

Dessas duas esferas, a esfera da fala é a mais social, a outra é a mais completamente individual. A língua é o reservatório individual; tudo o que entra na língua, ou seja, na cabeça, é individual. (...) Se tudo que é produzido de novo é criado na ocasião do discurso, isso quer dizer ao mesmo tempo que é do lado social da linguagem que tudo se passa. Em segundo lugar, é suficiente tomar a soma dos tesouros de língua individuais para se ter a língua. Com efeito, tudo isso que se considera na esfera interior do indivíduo é sempre social por que nada lhe penetra que <não seja> pela fala, primeiro <consagrado pelo uso> de todos na esfera da fala. (SAUSSURE apud RIEDLINGER 1996. p.65).

O estudo sincrônico é o estudo do sistema linguístico num estado particular, sem referência a um tempo com marcas de dinamicidade. Isso se depreende de uma análise inicial por meio de um recorte. As características são estacionárias e produzem um efeito de composição uniforme e sendo mera representação do real indica uma fantasiosa ideia de harmonia constante e discrimina elementos estruturais.

1º o eixo das simultaneidades... referente às relações entre as coisas coexistentes, de onde toda intervenção do tempo é excluída, e 2º o eixo das sucessividades... sobre o qual só se pode sempre considerar uma coisa de cada vez, mas onde estão situadas todas as coisas do primeiro eixo com suas mudanças. (SAUSSURE, 1985. p. 115)

O estudo diacrônico, por sua vez, é o estudo de acordo com a evolução do tempo, no *eixo das sucessividades*. A análise do *corpus* linguístico por meio da sua progressão. O estudo que envolve a historicidade é marcado pelo desenvolvimento. O estudo diacrônico tem

uma constância uniforme, que se depara com recortes para a análise do corpus em momentos de referência determinada.

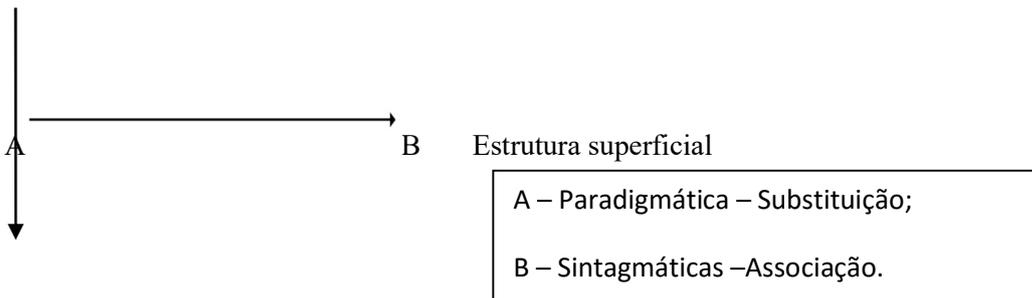
O signo está fundado na história. O significante e o significado têm em seu núcleo essencial todos os constituintes relacionais explicados e caracterizados pelo tema, mas é no significante que se funda o real da língua e da história. As relações posteriormente evocadas pela linguística textual, como tema/remã ou tópico e desenvolvimento são caracterizadas por influências do contexto no texto, ou seja, seu elemento constitutivo é exofórico, constituídos pelos componentes externos a ele, mas sem a irrupção do sujeito histórico.

[...] um contrato teria sido estabelecido entre os conceitos e as imagens acústicas – esse ato podemos imaginá-lo, mas jamais foi ele comprovado. A idéia de que as coisas poderiam ter ocorrido assim nos é sugerida por nosso sentimento bastante vivo do arbitrário do signo. (SAUSSURE, 1916/1995. p. 86).

As relações de substituição, chamadas paradigmáticas, são aquelas que se encontram constituídas no eixo de profundidade, permitindo uma natureza intimamente substitutiva. As relações sequenciais ou sintagmáticas são denominadas de superficiais pelo efeito de combinação.

Figura 2. Estruturas

Estrutura profunda



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor.

CAPÍTULO II

A LINGUÍSTICA PÓS-SAUSSUREANA

2.1 O Estruturalismo

O professor de natureza metodológica estruturalista é aquele que se situa em um parâmetro estrutural. É uma análise de estruturas fragmentadas, ou seja, sem princípio de contextualização e sem uma exterioridade constitutiva própria da ideologia. Partindo da premissa da prescrição, descrição e produção, a propriedade do estruturalismo como teoria de situacionalidade do professor de língua portuguesa infere um valor morfológico, na concepção descritiva do processo. A fundamentação da organização metodológica de aulas na prescrição purista, vernacular e tradicional não leva a uma análise crítica e, assim, não mobiliza sentidos pelo sujeito, mesmo que para a enunciação a centralidade não esteja no locutor.

A noção da língua como sistema havia muito que era admitida pelos que haviam recebido o ensinamento de Saussure, primeiro em gramática comparada, depois em linguística geral. Se se acrescentam estes dois outros princípios, igualmente saussurianos, de que a língua é forma, não substância, e de que as unidades da língua não podem definir-se a não ser pelas suas relações, indicam-se os fundamentos da doutrina que iria, alguns anos mais tarde, pôr em evidência a estrutura dos sistemas linguísticos (BENVENISTE, 1988. p. 100).

O estruturalismo na sua vertente morfológica analisa elementos constitutivos das formas das palavras, formas estas livres ou presas. Ainda se fundamenta na estrutura e formação das palavras sob ponto de vista das unidades mínimas significativas. A análise dos morfemas, monemas, semantemas, afixos, desinências e as classes de palavras: do artigo à interjeição. É necessária uma aliança entre a diacronia e a sincronia, ou seja, a pancronia. Esta temporalidade é segmental, por isso não é a concepção que se assenta na semântica enunciativa, que vê um determinado recorte como rememorações do dizer.

Embora Mattoso estivesse perfeitamente ciente de que os dois quadros estruturalistas de trabalho, os assim chamados europeu e norte-americano, pudessem ser distinguidos um do outro sob vários aspectos, ele não via

diferenças substanciais entre o funcionalismo inaugurado por Trubetzkoy e o estruturalismo proposto por Sapir. (ALTMAN, 2004. pags. 148-149).

Esta teoria se funda em uma análise das estruturas da língua de forma isolada e tem em Edward Sapir seu nome de referência. Esta corrente é ampla e compreende, de forma transversalizada, a antropologia, a história e a literatura. Ao conceituar a língua, evoca-se a ideia do sistema organizado de signos como expressão destas mesmas ideias na forma codificada da linguagem. O objetivo da linguística tradicional, assim, seria estudar as regras desse sistema e a relação destas estruturas que compõem o sistema. Nesta orientação, analisaríamos o texto por si, ou seja, nele mesmo. Esta circularidade proporciona uma repetição e constância prescindindo o sujeito da língua que o simboliza e por ser cultural faz parte dele.

Ao contrário, na sua leitura, as proposições de Saussure, Trubetzkoy, Sapir, Jakobson e Bloomfield não só não eram incompatíveis, como complementavam umas às outras. (ALTMAN, 2004. pags. 148-149).

A fragmentação da linguagem permite o conhecimento estrutural das unidades e, assim, ao perceber suas relações no interior da frase, oração ou período, há possibilidade de entendimento da forma própria das estruturas da língua, como essência constitutivamente elementar do vocábulo. Mas isso não contribui para uma relação entre o intradiscurso e o interdiscurso. Não há nesse espaço a história. O sujeito é totalmente restrito ao canal que a linguagem utiliza para se representar como código fundado na neutralidade.

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2005. p. 16).

Na sua aplicabilidade em sala de aula, no aspecto da Língua Portuguesa, o professor não deve se situar em um percurso exclusivamente estruturalista, pois esta teoria ao prescindir o estudo do sujeito, exclui também a história. É necessário conhecer, sim, todas as teorias para a compreensão do percurso, mas não se amparar naquelas em que o racionalismo cartesiano

ainda persiste e impera e excluindo a materialidade histórica e o sujeito não é capaz de mobilizar sentidos.

(...) Não é um locutor que coloca a língua em funcionamento por dela se apropriar. A língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no discurso, e isso, por si só, põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso. Produzindo, assim, efeitos de sentido (GUIMARÃES, 1993. p. 71).

2.2 O Distribucionalismo

Este tipo de estruturalismo se relaciona à ordem binária de estudo, com uma natureza eminentemente behaviorista. Orienta a prática pedagógica por meio da gramática sincrônica, de ordem descritiva, podendo ser assinalada, quando trabalhada pela ótica da norma padrão, por meio da prescrição. A sintaxe se apresenta de forma behaviorista, fundada no estímulo-resposta.

Não há fundamento no ato de fragmentar a língua até a última análise da estrutura, voltando-se assim para a morfologia. Na sintaxe, os termos de constituição são descritos como essenciais e acessórios da oração. Esta denominação é estruturalista e delimita a criação pela mobilização dos sentidos. Neste contexto, as relações de sentido de Hjelmslev, primeira e segunda incursões no universo do sentido, são relegadas a interpretação purista e tradicional (denotativo e contotativo). Ao se circunscrever em um processo prescritivo ou estruturalmente tradicional, o professor se limita a uma análise restrita.

Essa estruturação é evidenciada a partir de três níveis – fonológicos o morfológico e o sintático – que constituem uma hierarquia, com o fonológico na base e o sintático no topo. Cada nível é constituído por unidades do nível imediatamente inferior: as construções são as sequencias de morfemas: os morfemas, sequência de fonemas; A descrição de uma língua deve começar pelas unidades mais simples, prosseguindo, então, à descrição das unidades cada vez mais complexas. Cada unidade é definida em função de sua posição estrutural – de acordo com os elementos que a precedem e que seguem na construção. Na descrição, é necessária absoluta objetividade, o que excluir o estudo da semântica do escopo da linguística. (COSTA, 2008. p. 123).

Essa forma binária e behaviorista tem em Leonard Bloomfield seu nome mais relevante. A forma binária se efetiva por meio do condicionamento: estímulo-resposta. Ao transpormos estes fatos para a sala de aula, nas aulas de língua portuguesa, observam-se as relações internas de estruturas imanes caracterizadas pela dimensão gramatical da linguagem: sintaxe. A sintaxe é constituinte dos termos essenciais da oração: sujeito e predicado e termos acessórios: vocativo e aposto. Percebe-se uma continuidade do estruturalismo, com uma análise eminentemente estrutural, possibilitando, assim, um retorno à análise de forma e conteúdo tradicional.

2.3 O Funcionalismo

A teoria funcionalista, com forte influência do pensador russo Roman Jackbson, fundamenta-se em duas vertentes, sendo que a primeira diz respeito às menores unidades distintivas dos fonemas da língua e a segunda aos elementos da comunicação verbal.

O funcionalismo é uma corrente linguística que (...) se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. (CUNHA, 2008. p. 157).

As matrizes pedagógicas de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, nos anos iniciais, ainda utilizam a alfabetização com base na Psicogênese da Língua Escrita, de Ferreiro e Teberosky (1986), e efetivam sua prática da silabação por meio do conteúdo, fonética e fonologia, como referência para as atividades de exercitação de unidades mínimas significativas.

[...] Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia... insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a psicologia da lecto-escrita esqueceu [...] (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986. p. 11).

Esta referência possibilita a associação e ao mesmo tempo a distinção destes fonemas. Ex.: Mala/Sala/Fala, VaLa/VaCa e Rato/Pato. O letramento como teoria possibilita uma metodologia diferente ao se relacionar às práticas sociais de escrita e de leitura.

É uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global de interação social (NEVES, 2004. p. 15).

Além desta perspectiva linguística da década de 40, tem-se ainda a relação imanente das funções da linguagem: emotiva, centralizada na primeira pessoa (eu/nós), conativa, centralizada na segunda pessoa (característica de persuasão), fática, contato, poética, centralizada na mensagem, código, fundamentada na função metalinguística, e referencial, no contexto, que é a própria realidade circundante e no texto vem simbolizada pela fonte. Esta teoria linguística possibilita ao professor a análise do arcabouço constitutivo dos símbolos codificados da escrita e as suas funções no contexto da linguagem. Não se preocupa com o sujeito, pois a análise é centrada no código, excluindo as condições de produção e os efeitos percebidos por ele na prática social da linguagem.

Jakobson sempre foi partidário da necessidade de abrir a Linguística Geral ao campo dos processos de significação. A partir de modelo teórico elaborado pela Teoria da Comunicação, deduziu que a cada um dos componentes que o ato de comunicação põe em jogo – emissor, receptor, canal, código, referente, mensagem – corresponderia uma função de linguagem – expressiva, conotativa, fática, metalinguística, referencial, poética – e diversos processos gramaticais e estilísticos. Essas funções que se tornaram percurso tradicional das disciplinas de linguística dos cursos de Letras, foram, mais tarde, objeto de muitas críticas. (CARBONI, 2008. p. 51).

Trata-se da análise das unidades distintivas: as letras, unidades distintivas que são capazes de instituir carga semântica diferenciada às palavras. Ex.: Banda/Panda e Mundo/Fundo. Funções da linguagem: emotiva, conativa, fática, poética e metalinguística. Círculos linguísticos de Moscou, de Viena, de Copenhague etc - Roman Jakobson foi um nome de destaque nos estudos referentes à linguagem humana. Os estudos que se referem aos momentos históricos de análise da língua são importantes, pois demonstram o distanciamento da análise da língua ideal, metálica e meramente estrutural.

Jakobson retomou o modelo triádico da linguagem elaborado pelo psicólogo austríaco Karl Bühler substituindo o nome das funções representativa e apelativa por referencial e conativa, mantendo a função expressiva e acrescentando mais três funções que receberam a seguinte denominação: fática, metalinguística e poética (FLORES, 2001. p. 18).

2.4 O Gerativismo ou Gramática Gerativa Transformacional

Na década de 50, uma teoria de natureza gramaticalmente explícita e formal recebe destaque. A gramática gerativa transformacional desenvolve sua linha de trabalho na transformação de um número finito de estruturas gramaticais em um número infinito de sentenças linguísticas.

Uma das razões para estudar a linguagem (exatamente a razão gerativista) – e para mim, pessoalmente, a mais premente delas – é a possibilidade instigante de ver a linguagem como um “espelho do espírito”, como diz a expressão tradicional. Com isto não quero apenas dizer que os conceitos expressados e as distinções desenvolvidas no uso normal da linguagem nos revelam os modelos do pensamento e o universo do “senso comum” construídos pela mente humana. Mais instigante ainda, pelo menos para mim, é a possibilidade de descobrir, através do estudo da linguagem, princípios abstratos que governam sua estrutura e uso, princípios que são universais por necessidade biológica e não por simples acidente histórico, e que decorrem de características mentais da espécie humana” (Chomsky, 1980. p. 09).

Este modelo se fundamenta em dois polos que se subdividem em conceitos interdependentes entre si: competência (conjunto consubstancial da língua/conceito) e performance/desempenho (o uso que se faz destes conceitos constituídos, sistematizados e codificados), ainda gramaticalidade (arcabouço de termos/vocábulo/palavras que constituem a gramática normativa da língua ou da norma padrão desta) e agramaticalidade (termos que não estão inseridos na norma padrão, contudo podem constituir esta norma por qualquer fator de inserção.).

O que é impressionante na produtividade das línguas naturais, na medida em que é manifesto na estrutura gramatical, é a extrema complexidade e heterogeneidade dos princípios que a mantêm e constituem. Mas, como insistiu Chomsky, esta complexidade e heterogeneidade não é irrestrita: é regida por regras. Dentro dos limites estabelecidos pelas regras da gramática, que são em

parte universais e em parte específicos de determinadas línguas, os falantes nativos de uma língua têm a liberdade de agir criativamente – de uma maneira que Chomsky classificaria de distintivamente humana – construindo um número indefinido de enunciados.” (Lyons, 1987. p. 34).

Faz-se necessário ressaltar a análise dos eixos superficial e profundo. O eixo superficial se forma pela codificação sintagmática de superfície, relacionando-se, filosoficamente, ao eixo sintagmático saussureano. O eixo profundo de constitui dos elementos de profundidade, associando-se ao eixo paradigmático.

(...) as línguas comportam uma estrutura profunda que se transforma, por meio de regras, numa estrutura superficial. Essas regras têm como domínio estruturas intermediárias entre a estrutura profunda e a estrutura superficial. (SKARPA, 2001. p. 209).

Para o professor de Língua Portuguesa, este aporte teórico permite a análise de diversos fatores essenciais para o conhecimento do percurso estrutural da língua. É importante perceber que o acesso ao sistema vocabular da língua, na sua constituição, desenvolvimento, relações de sentido e inclusão sincrônica, depende do entendimento destes fatores inter-relacionais de imanência estrutural.

(...) a criança, que é exposta normalmente a uma fala precária, fragmentada, cheia de frases truncadas ou incompletas, é capaz de dominar um conjunto complexo de regras ou princípios básicos que constituem a gramática internalizada do falante. (...). Um mecanismo ou dispositivo inato de aquisição da linguagem (...), que elabore hipóteses linguísticas sobre dados linguísticos primários (isto é, a língua a que a criança está exposta), gera uma gramática específica. (SKARPA, 2001. p. 209).

A obra que inaugura a teoria gerativista se denomina *Estruturas Sintáticas*, momento em que Noam Chomsky confirma a primazia da estrutura sintática. É pela sintaxe que a gramática gerativa transformacional estabelece a análise por meio de estruturas que combinadas se transformam, gerando assim novas sentenças comunicativas.

A sintaxe de uma língua (...) pode ser definida em termos de dois sistemas de regras – um sistema de base que gera estruturas profundas e um sistema transformacional que as conduz as estruturas superficiais correspondentes. Daí

dizer-se que as transformações também dão conta do aspecto criativo da linguagem.” (Borba, 1977. p. 46).

2.5 A Pragmática e Sociolinguística

É conceituada como adequação da linguagem em função do usuário, em seu nível de contextualização e em seus níveis da fala. A Pragmática Conversacional apresenta o caráter ideológico por meio das suas máximas conversacionais: modo, relação, qualidade e quantidade.

O significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (WITTGENSTEIN, 2001. p. 293)

Concebemos na teoria pragmática a linguagem como ação no mundo, ou seja, é a partir da negação de que a linguagem se restringe a um conjunto de regras com finalidade gerativa de sentenças que se tem a contextualização da fala fundada nas suas múltiplas possibilidades de uso. É na semiotização da realidade que se tem a significação das coisas.

Uma vez posicionado no mundo, colocado diante dele, o homem tem que se relacionar forçosamente com ele, procurando converter essa relação em signos, ou seja, criar um sentido para o mundo e para si mesmo. Assim, a situação existencial dada, o homem diante do mundo, constitui também, em si mesma, uma condição lógico-significante, ou seja uma condição semiótica natural. /.../ As línguas naturais, investidas semiologicamente, formalizam a condição de significação que converte em signos a relação existencial do homem com o mundo. (SILVA, 1997. p. 02).

É na teoria denominada Sociolinguística que a adequação da linguagem se efetiva por meio dos aspectos socioculturais e geográficos. Os aspectos socioculturais são: idade, gênero, local de residência, status e profissão e os aspectos geográficos, urbano e rural. A Sociolinguística concebe a contextualização por meio da identidade do falante e as características do ouvinte.

Cabe à Sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático. (MOLLICA; BRAGA, 2003. p. 11).

Esta teoria ressalta que as dimensões do ouvinte, do falante e da situação são essenciais para uma pesquisa sociolinguística. A situação se refere aos elementos externos ao

texto e à produção da fala. Os fatores externos que contribuem para a produção da fala e influenciam tanto falante quanto ouvinte são classificados como situação comunicativa. O Professor de Língua Portuguesa deverá atentar-se ao nível da fala para que o seu texto seja inteligível e possa culminar em conhecimento historicamente produzido. O pensador William Bright pesquisou aspectos importantes da fala.

William Bright, um dos mais importantes especialistas norte-americanos, a sociolinguística abordaria problemas que vão além das simples relações entre língua e sociedade, objeto de estudo da sociologia da linguagem, porque sua finalidade seria a comparação da estrutura linguística com a estrutura social. (PRETI, 1977. p. 6).

2.6 A Teoria dos Atos da Fala

Teoria que concebe que todo dizer é um fazer. O objeto de estudo se refere aos atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Austin e Searle são nomes de destaque. Ao ser produzida na ação da linguagem, a fala vem impregnada de persuasão e ideologia. O ato locucionário se constitui de organização estrutural e ser extralinguístico. O ato ilocucionário compreende a força que se expressa pela negação, afirmação, dúvida etc. E, por fim, o ato perlocucionário se efetiva pelo convencimento. O silêncio, na sua concepção dialógica, dialética e polifônica, é uma resposta. O silêncio produz sentidos.

[...] embora o leitor esteja frente a um texto que não foi “originalmente” composto por Austin, vê nele o exemplo de sua preocupação: a “não linearidade” das questões que ele propõe sobre a linguagem e, ao mesmo tempo a maneira como tudo está “ligado” de modo muito original na sua argumentação. (OTTONI, 2002. p. 123).

Esta teoria se assenta na linguagem performativa. Nesta tendência, todo dizer é um fazer, segundo os pensadores Austin & Searle. Os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários possibilitam ao professor de Língua Portuguesa em sala de aula mediar os atos da fala e orientar os alunos para uma produção da fala mediatizada por elementos constitutivos da realidade deles.

[...] um ato locucionário, que produz tanto os sons pertencentes a um vocabulário quanto a articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional; um ato ilocucionário, que é o ato de

realização de uma ação através de um enunciado, por exemplo, o ato de promessa, que pode ser realizado por um enunciado que se inicie por eu prometo..., ou por outra realização; por último, um ato perlocucionário, que é o ato que produz efeito sobre o interlocutor. (OTTONI, 2002. p. 128).

A locução exige do autor do primeiro ato da fala uma organização ordenada das estruturas e, posteriormente, o ato instaurador da fala por meio de um ser externo a ela. A força instituída pelo locutor institui marcas tais como afirmação, negação, hipótese, conjecturas, injunção etc. O professor deve acompanhar os elementos de persuasão utilizados pelos interlocutores.

2.7 Procedimentos Metodológicos de Natureza Linguística

2.7.1 As dimensões da linguagem

O professor de língua portuguesa tem uma série de instrumentos metodológicos que possibilitam situacionalidade e exercício dos aspectos de coerência e coesão relacionados aos conhecimentos linguísticos, textual e de mundo. O conhecimento das três dimensões da linguagem: a primeira é a gramatical, constituída pela morfologia, estrutura e formação das palavras (monema/semantema/afixos/prefixo/sufixo/tema/vogal temática e desinências) e classe de palavras (artigo, substantivo, pronome, adjetivo, advérbio, interjeição, conjunção, numeral, preposição e verbo.) ainda a sintaxe, termos essenciais (sujeito e predicado) e acessórios (vocativo e aposto) da oração, possibilitam um conhecimento puramente estrutural.

Todos sabemos que, como atividade humana, a atividade linguística tem três dimensões: 1. A dimensão discursiva [...]; 2. A dimensão semântica [...]; 3. A dimensão sintática ou gramatical [...]. Dito de outro modo, a linguagem é (e tem de ser considerada): 1. Uma atividade comunicativa; 2. Uma atividade cognitiva; 3. Um objeto de análise. (NEVES, 2002. p. 40-41).

As gramáticas, quanto ao objeto de estudo, podem ser classificadas como: descritiva, prescritiva, internalizada, teórica, reflexiva, gerativa, universal, comparada, contrastiva transferencial, de uso e universal entre outras. A segunda dimensão da linguagem é a semântica, que é o ponto nodal do discurso. A semântica tradicional que se constitui do sentido conotativo, figurado, e denotativo, real, científico, de dicionário. A semântica atual se incumbe

de estudos e discussões de aspectos ligados ao modo de como o sentido se constitui e a enunciação como prática política. A terceira é a pragmática, a linguagem em função do usuário, as perspectivas do ouvinte, identidade, e as características socioculturais do falante. A situação se denota como fatores extralinguísticos que influenciam a fala. Todos estes elementos se fundam em uma textualidade extrinsecamente imanente.

A escolha por qual informação colocar como [T]ema (...) é significativa. Contém significados. De maneira específica, a informação temática tem uma função orientadora na oração (sic). Através da cuidadosa escolha da informação temática, os [produtores do discurso] podem manipular a atenção dos [seus interlocutores]. (FRIES, 1995. p. 65).

2.7.2 A língua, a linguagem, a fala e o texto

A relação entre língua, linguagem e fala é indissociável. A análise estrutural da língua a concebe como um consubstancial de signos organizados segundo uma lógica formal e se concebe na codificação por meio social. Por outro lado, a língua é compreendida como código, integrante do aparelho fonoarticulatório. A língua não pode ser dissociada do sujeito. Não se concebe a língua fora da história. A linguagem é a ação por meio da língua, em que o sujeito diz e ao dizer mobiliza sentidos.

A linguagem pode ser verbal, oral ou escrita, não-verbal, imagens e pictórico, e paraverbal, aspectos sociais reproduzidas pelo corpo, no seu constructo fisiológico. A fala é a materialização da língua. É o individual, o real, o inatingível. Ao se afirmar que o inconsciente é estruturado em linguagem, percebe-se o quanto a fala é importante para o estudo do sujeito e é nela que se fundamenta o postulado da constituição do sujeito psicanalítico. Lacan demonstra que a linguagem deduz a condição de existência do inconsciente que só existe no sujeito falante.

A linguística pode servir-nos de guia neste ponto, já que é esse o papel que ela desempenha na vanguarda da antropologia contemporânea, e não poderíamos ficar-lhe indiferentes." (LACAN, 1998. p. 286)

2.7.3 A teoria Análise de Discurso

É a teoria que se fundamenta por meio do interdiscurso, intradiscurso, dos aparelhos ideológicos e dos repressores do estado e é o resultado da análise crítica das teorias do percurso

linguístico pós-moderno. O professor se apropria do discurso e nele circunscreve todas as práticas sociais referentes aos seus aspectos socioculturais, com um atravessamento da história afetado pelo simbólico. Na sala de aula, a ideologia não é mais vista como mascaramento da realidade, capaz de libertar transitoriamente e/ou aprisionar. Este aspecto de ocultação cede espaço à ideologia como constituição do sujeito, ou seja, este indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, pois sendo histórico, implica na relação entre a linguagem, o político e o simbólico.

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2007. p. 15).

CAPÍTULO III

A LÍNGUA, A HISTÓRIA E O SUJEITO

O entendimento acerca do inconsciente se fundamenta na imperiosa asserção de sistema dinâmico estruturado enquanto linguagem. É a partir desta assertiva que o sujeito do inconsciente, aquele instituído pelo real da língua, pelo impossível, por conta do desejo, do id, passa a atravessar o sujeito da Análise de Discurso. É nessa orientação que Jacques-Marie Émile Lacan, conhecido como Jacques Lacan, foi imprescindível para o entendimento do sujeito. Nesta compreensão, sua contribuição maior está na inclusão dos pressupostos da sociologia, da antropologia, da linguística e do pensamento filosófico.

O espaço social da linguística se fundamenta em temas tais como globalização, liberalismo, modernidade, e, se permite depreender de todas estas influências um comportamento de comunicação global, relacionado intimamente às condições de produção do discurso e respondendo aos aspectos ideológicos de manipulação e poder, pois se observam as extensões e bilateralidades mais fluidas do que anteriormente delineavam as sombras do divisório absoluto entre analogistas e anomalistas.

Para Benveniste (2005), a língua forma um sistema. Veja-se:

Quando os linguistas começaram, a exemplo de Saussure, a encarar a língua em si mesma e por ela mesma, reconheceram este princípio que se tornaria o princípio fundamental da linguística moderna: a língua forma um *sistema*. Isso vale para qualquer língua, qualquer que seja a cultura onde se use, em qualquer estado histórico em que a tomemos. Da base ao topo, desde os sons até as complexas formas de expressão, a língua é um arranjo sistemático de partes (BENVENISTE, 1963/1966. p. 21).

Saussure (*in* Benveniste, *id.*) expôs o que se denomina de sistema na linguagem:

Chamou-se a Saussure, com razão, o precursor do estruturalismo moderno. Ele o é, seguramente, exceto num ponto. É importante notar, para uma descrição exata desse movimento de idéias que não se deve simplificar, que Saussure jamais empregou, em qualquer sentido, a palavra estrutura. Aos seus olhos a noção essencial é a de *sistema*. (SAUSSURE *apud* BENVENISTE, 2005. p. 98)

Assim, ao pensar a língua em uma concepção discursiva, em sua relação com a história, colocando a formulação na constituição, depreende-se a irrupção do sujeito psicanalítico. A teoria da Análise de Discurso tem a Psicanálise, de Michel Pêcheux, utilizada em articulação com a Linguística, de Ferdinand de Saussure, e o Materialismo Histórico, de Karl Marx. Desta articulação, o sujeito, a língua e a história passam a ser o universo constitutivo do simbólico, imaginário e real, porquanto a ideologia interpela indivíduos em sujeitos.

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. (PÊCHEUX, 2012. p. 53).

O aspecto primordial de qualquer cultura é a língua e, assim, fica claro o quanto hoje o poder da linguagem não se limita a oradores, artistas, políticos ou poetas. A explicação de que em muitos países onde se adotou uma língua oficial há anos, décadas ou séculos e, mesmo assim, ela resiste, e inúmeras pessoas continuam falando aquela língua de seus antepassados é a propriedade inata da plasticidade linguística.

A língua fluida é a que pode ser observada e reconhecida quando focalizamos os processos discursivos, através da história da constituição de formas e sentidos, tomando os textos como unidade (significativas) de produção. (ORLANDI; SOUZA, 1988. p. 34).

Isto mostra a força que uma língua tem na formação e sobrevivência de uma cultura e ao mesmo tempo sua habilidade em se acomodar aos inúmeros “afazeres” de um sujeito que fala no mundo.

É Pêcheux quem nos convida a pensar sobre a necessidade de abertura das questões da linguagem, caminhando em direção à discursividade, pois para ele já estava muito claro que é no discurso que podemos perceber o lugar onde a história trabalha, fazendo a diferença, pois ela comporta o contraditório, o conflitante, o instável. (PETRI, 2006. p. 09).

Na concepção da linguística, o caráter fluido da leitura e da linguagem, quando se pressupõe uma adequação às várias situações, sinaliza um quê de licenciamento à criatividade do falante, na compreensão da fala, objeto de uma teoria da década de 60, voltada à

sociolinguística, do falante, ouvinte e situação. Para entender a natureza dinâmica, polifônica e polissêmica da linguagem, por meio do manifesto cultural e político, é preciso um atravessamento da histórica, como constitutiva do sujeito afetado pelo simbólico, pelo real da língua. O que falar da Linguística? O que sabemos de sua articulação e da relação entre formulação e constituição? O que compreendemos sobre isso quando analisamos o sujeito e sua irrupção? Quais são as fronteiras e inter-relações, proximidades e distanciamentos? O que representa o sujeito para o Análise de Discurso?

No entanto, somente nos anos de 1960 é que a AD ganha força com a linguística, o marxismo e a psicanálise, mas não fica preso nestes campos do conhecimento, indo bem além de suas fronteiras. (ORLANDI, 2003. p. 49).

Desttut de Tracy (1810), ao definir a ideologia como origem e formação de ideias a partir da observação do indivíduo em interação com o meio ambiente, impregnou o termo com uma ideia positiva, sendo que depois Bonaparte, Marx e Engels trataram de inverter esta lógica, adquirindo uma conotação eminentemente pejorativa. Atualmente, a ideologia é concebida como elemento constitutivo do sujeito.

É a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. Por seu lado, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que se diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão da transparência da linguagem. No entanto nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente (ORLANDI, 2003. p. 48).

CAPÍTULO IV

A ANÁLISE DE DISCURSO

4.1 A Constituição do Sujeito

Michel Pêcheux (1938-1983) é considerado uma das figuras mais importantes da Análise de Discurso Francesa.

Se a Análise do Discurso se quer uma (nova) maneira de “ler” as materialidades escritas e orais, que relação nova ela deve construir entre a leitura, a interlocução, a memória e o pensamento? (PÊCHEUX, 1983. p. 317).

A Análise de Discurso tem em Michel Pêcheux a sua figura de maior relevância.

Considero que M. Pêcheux, no deslocamento produzido de Marx a Althusser, correlato ao feito por Lacan em relação a Freud, se coloca no lugar em que, pela consideração da linguagem na relação com o que teoriza Althusser sobre a ideologia e o sujeito, funda um novo campo na relação com a linguística. Na equação histórica teórico-política temos: Freud/Marx/Saussure/Lacan, Althusser, Pêcheux. (ORLANDI, 1998. p. 08).

Esta teoria é fundada na concepção da linguagem materializada na ideologia e de como a ideologia se manifesta na linguagem e constitui o sujeito. O discurso para Pêcheux é o espaço que decorre da relação entre linguagem e ideologia, enquanto efeito de sentidos. Assim, a explicitação dos mecanismos de determinação histórica dos processos de significação é objetivo maior do analista de discurso e é pela análise do funcionamento discursivo que se logra tal feito.

Para Orlandi (1986. p. 105):

[...] o enunciado formulado em certas condições de produção, determinando um certo processo de significação. O discurso não é apenas transmissão de informação, mas efeito de sentido entre interlocutores e a análise de discurso é a análise desses efeitos de sentido.

É importante ressaltar as influências de Althusser nos trabalhos de Pêcheux, pois a partir das contribuições teóricas destes autores, propôs-se uma transformação na prática das ciências humanas e sociais, por meio de uma análise acerca da filosofia do conhecimento empírico e a história da epistemologia.

Desde Copérnico, sabemos que a Terra não é o “centro” do Universo. Desde Marx, sabemos que o sujeito humano, o ego econômico, político ou filosófico, não é o “centro” da História – sabemos [...] que a História não tem um “centro”, mas possui uma estrutura que tem um “centro” necessário apenas no desconhecimento ideológico. Freud nos revela, por sua vez, que o sujeito real, o indivíduo em sua essência singular, não tem a figura de um ego, centrado no “eu” (moi), na “consciência” ou na “existência” – quer esta seja a existência do para-si, do corpo próprio, ou do comportamento –, que o sujeito humano é descentrado, constituído por uma estrutura que também tem um “centro” apenas no desconhecimento imaginário do “eu”, ou seja, nas formações ideológicas em que ele se “reconhece”. (ALTHUSSER, 1985. p. 71).

A questão que envolve o político e o simbólico é vista como espaço de confronto e é a partir desta ideia de embate que se percebem os questionamentos, primeiramente, à Linguística sobre a exterioridade excluída e, nesta orientação, também interroga as Ciências Sociais acerca da transparência da linguagem, alicerce da evidência a qual se concebem estas Ciências.

Em Orlandi (1999. pags. 19-20), temos o discurso como palavra em movimento:

- a. a língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- c. o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

As práticas de linguagem ou a linguagem em movimento são os pilares do saber que interessam para Análise de Discurso e nelas se fundamentam os dispositivos teóricos nas suas relações com o espaço e tempo. Neste sentido, a subjetividade se descentraliza e se desamarra, possibilitando a emancipação do objeto de estudo da linguística. Um sistema sujeito

à ambiguidade, é assim que Pêcheux considera a discursividade. A desautomatização da linguagem é a natureza fluida observada pela autonomia instituída pelas relações da metáfora (transferência).

A paráfrase e a metáfora explicitam-se, pois, enquanto procedimentos de análise. Esta é, para mim, uma marca da especificidade da análise de discurso: ela introduz uma noção não linguística de paráfrase e uma noção de metáfora que não deriva da retórica, ou dos estudos literários, assim como uma noção de “memória” que tem suas determinações que não são psicológicas, cronológicas etc. A relação entre essas noções e o modo de procedimento da análise de discurso, ligando o que é estabilizado e o que é sujeito a equívoco, no movimento da descrição e da interpretação vai marcar profundamente os estudos da linguagem. (ORLANDI, 2003. p. 05).

A literalidade não é mais o suporte de ligação onde as palavras buscam o sentido. O sentido é sempre buscado no outro, ou seja, em um *locus* simbólico, fundado na movência por ser histórico. Pêcheux tem seu rizoma constituído pela Linguística, pelo Marxismo e pela Psicanálise, contudo não se conforma com seus postulados e os interroga acerca da linguagem, história e sujeito. A partir dessas interrogações nasce uma teoria, com um objeto de estudo delimitado: o discurso.

(...) porque um discurso a atravessa, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições). (PÊCHEUX, 1983. p. 55).

Esta teoria não implica na subjetividade do sujeito e imprime nesta trajetória um real da língua e um real da história. Ao interrogar a linguística sobre a associação entre imagem acústica e conceito, porquanto se atribui ao signo a propriedade de essência de uma entidade psíquica de duas faces: significado e significante, cujos elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro (Saussure, 1916, p. 80), irrompe a primazia do significante sobre o significado.

Por isso, a importância de livrarmos “da ilusão de que o significante atende à função de representar o significado, ou melhor dizendo: de que o significante tem que responder por sua existência a título de uma significação qualquer. (LACAN, 1998. p. 501).

Para Lacan, o significante se expressa através do desejo. Assim, pode-se perceber uma relação imediata com o inconsciente, imediata, mas constante. Somos seres desejantes, então, somos significantes; a própria fala constituída. Nesta orientação, a teoria saussuriana define a língua como um sistema de signos, enquanto a linguagem para Jacques Lacan é conceituada como uma estrutura que existe anteriormente à entrada do sujeito no momento do seu desenvolvimento mental.

A expressão 'fala' deve ser entendida não apenas como significando a expressão do pensamento por palavras, mas incluindo a linguagem dos gestos e todos os outros métodos, como por exemplo a escrita, através dos quais a atividade mental pode ser expressa (FREUD, 1974. p. 211).

Ferdinand de Saussure institui que imagem acústica "não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som" (CLG, p. 80). Nesta orientação, a imagem acústica é o que se denomina de significante. O signo linguístico "é, portanto, uma entidade psíquica de duas faces (...). Estes dois elementos estão intimamente unidos e chamam-se um ao outro" (p. 80). Lacan não compartilha esta união com a estabilidade nomeada por este reclame de um para outro.

A primazia do significante (imagem acústica) sobre o significado (conceito) é um preceito imprescindível para a compreensão dos elementos distintivos entre a Linguística e a Psicanálise, no que se refere ao objeto daquela. Este deslocamento teórico é crucial para a concepção de um sujeito no campo do simbólico, ou seja, a própria confirmação da ideia do inconsciente estruturado como linguagem.

Lacan (1966) institui:

O inconsciente não é uma espécie definida na realidade psíquica pelo círculo do que não tem o atributo (ou a virtude) da consciência" (LACAN, 1966, p. 830).

O inconsciente consiste nos materiais reprimidos: "O inconsciente não é perder a memória; é não se lembrar do que se sabe (LACAN, 2001, p. 333).

O questionamento à concepção de Saussure de língua como sistema de valores é o fundamento do entendimento lacaniano concebido por meio dos postulados de Freud. Para Lacan (1956), é nas abordagens sistêmicas da estrutura que o desejo inconsciente é organizado por meio da linguagem atravessando o simbólico. É neste campo da linguagem que o sujeito se

constitui na relação com o outro. Nesta orientação, percebe-se o simbólico como ação de descentramento introduzido pela noção de inconsciente, da psicanálise freudiana.

Os símbolos envelopam com efeito a vida do homem em uma rede tão total que reúnem, antes que ele venha ao mundo, aqueles que vão engendrá-lo ‘pelo osso e pela carne’; que trazem em seu nascimento, com os dons dos astros, se não com os dons das fadas, o desenho de seu destino; que dão as palavras que o farão fiel ou renegado, a lei dos atos que o seguirão inclusive até onde ele não é ainda e além de sua própria morte; e que, através deles, seu fim encontra seu sentido no juízo final no qual o verbo absolve seu ser ou o condena (LACAN, 1966, p. 279).

A análise de discurso tem como propósito considerar a relação da linguagem com a exterioridade. Estas correntes se entrelaçam e servem como extensão uma da outra, propiciando o estudo diacrônico necessário para a confirmação do Latim como lógico e racional. O aspecto pedagógico perpassa pelas escolas conservadora e progressista, ao ter como finalidade a pedagogia libertadora e a crítica-social dos conteúdos. A relação da linguagem, por sua vez, com a exterioridade perpassa pelo conhecimento da noção de formulação e de interdiscurso.

Segundo Orlandi (2015):

Disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação (ORLANDI, 2007. p. 32).

É esta própria autora (*id.*, *Ibid.*) que explana a respeito do vocábulo formulação, ao tratar de discurso em um texto dado, *verbis*:

A formulação, então, está determinada pela relação que estabelecemos com o interdiscurso: no exemplo dado, o texto “Vote sem Medo” seria composto pela sua formulação e também pela sua historicidade, o saber discursivo que foi-se constituindo ao longo da história e foi produzindo dizeres, a memória que tornou possível esse dizer para esses sujeitos num determinado momento e que representa o eixo de sua constituição (interdiscurso).

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na

realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos (*id. ibid.*)

A aplicação mais instigante da análise da articulação entre a linguística e a psicanálise para o entendimento do sujeito em análise de discurso ainda se fundamenta na pesquisa, na incompletude, um sujeito clivado e cindido. Por exemplo, ao propor um trabalho prático, podem-se depreender várias considerações sobre pontos importantes como a língua, linguagem e oralidade, o sujeito, a história, a ideologia, o inconsciente e, tudo como fonte inspiradora na construção do novo pensamento no binômio ensino e aprendizagem.

(...) trabalhamos continuamente a articulação entre estrutura e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato. Sujeitos, ao mesmo tempo, à língua e a história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem. No discurso, no movimento do simbólico, que não se fecha e que tem na língua e na história sua materialidade. (ORLANDI, 1999. p. 53).

Na educação, Perrenoud (1999. p. 89) fala sobre a pedagogia como instância de reflexão contínua e percepção da realidade social. “Nenhuma pedagogia, por mais frontal e tradicional que seja, é totalmente indiferente às questões, às respostas, às tentativas e aos erros dos alunos”

É importante pensar na projeção do “outro” e de suas relações com o Outro. Nessa relação entre língua, linguagem, temporalidade, memorável, subjetividade e enunciação, na educação, a compreensão da relação humana é muito importante para que o professor possa realmente contribuir para um fazer educativo com princípios relacionados à realidade social, como realidade psíquica primordial do educando. Segundo Philippe Perrenoud, é notório que, por igual que uma aula esteja planejada, sempre há espaço para um remanejamento, alguns ajustes a partir desta regulação de aula, que nasce uma avaliação mais global do processo, às vezes das atividades subjetivas de aprendizagem.

A “subjetividade” (...) é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. (...) A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica reciprocidade - que eu me torne tu na alocução daquele que por sua vez se designa por eu. (BENVENISTE, 1988. p. 286).

Por meio de atividades epilinguísticas, analisar-se-ia o seu poder de retificação e refazimento e acesso aos vários significados e significações, processando-os de acordo com a sua necessidade diária de atribuir significado a si e ao mundo. É pelo contato com o vocabulário, sua afinidade com a língua portuguesa, a relação com a história que o sujeito educando se constitui, nas práticas de linguagem na realidade dele e do papel imaginário que ele funda nas relações interpessoais e experiências com a língua. A história tem papel fundamental neste intercambiamento.

A análise de discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nessa opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique. (ORLANDI, 2008. p. 21).

No aspecto de construção desta articulação entre linguagem, sujeito e história (real, simbólico e imaginário), seria analisada na avaliação toda a trajetória do educando, desde seu primeiro contato até o momento da avaliação como diagnóstico, analisando o processo e não se baseando no exame escrito como única fonte de análise. Por que todo esse cuidado? Para que a avaliação diagnóstica das práticas de linguagem não se restringisse à análise sintática, à coordenação e subordinação de estruturas, à morfologia ou à mimese de sistematização dissociada da história deste educando. Neste espaço, propõe-se extrapolar os conceitos circulares da coesão e da coerência textuais, da linguística do texto, para a reformulação, pois a mobilização dos sentidos não ocorre fora da história.

CAPÍTULO V

A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

5.1 A Designação

Guimarães (1995. p. 74) compreende que

“[...] a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário exposto à diferença”.

Ao pensar a teoria da Semântica do Acontecimento é imprescindível a distinção entre designar e referir, pois além de não terem equivalência de sentido são dissimilares sob acepção histórica, concebendo, assim, dissemelhança em Frege, Ducrot e Guimarães.

De outro modo, a confirmação de que a linguagem fala de algo e que o que se diz é construído na linguagem possibilita uma configuração de uma semântica que tem como objeto o sentido localizado no estudo da enunciação, no acontecimento do dizer. O entendimento da forma do sentido de um enunciado é o processo para a compreensão da constituição do seu funcionamento, como funciona em um texto e qual sua extensão constitutiva do sentido do texto.

O movimento integrativo, considerando sua relação, proporciona o sentido da unicidade. Já na orientação apresentada por Guimarães (2002. p. 07), há um deslizamento importante neste percurso, pois não se concebe a segmentação no percurso de transposição do enunciado para o texto e, assim, para o acontecimento. A enunciação, neste entendimento, é um acontecimento possível na relação entre sujeito e língua.

Os estudos que orientam o funcionamento do nome e a designação atravessam alguns posicionamentos concebidos por linhas teóricas em situações distintas em contextos de usos específicos. A distinção ou mesmo ordenação em um campo semântico determinado possibilita um funcionamento semântico mais preciso. É neste caminho que o estudo realizado por Eduardo Guimarães apresenta oposições no que se refere à nomeação, designação, referência e denotação.

Para este autor, a nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome, independente do processo constitutivo de formação morfossintática, no que se refere à estrutura e à formação da palavra, em um campo lexical. Guimarães (2002. p. 09) define a

designação como significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato, sendo a significação algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, atravessada pela história, ao passo que a referência é a particularização de algo na e pela enunciação.

Estes conceitos propõem uma reflexão distinta da apresentada pela lógica e pela filosofia, que, em primeira instância, considera relação imanente entre expressão linguística e aquilo que ela significa. Na semântica linguística, a relação da linguagem e as coisas, ou seja, o que emerge como sentido da ação de falar das coisas se fundam no acontecimento do dizer. Ao não se situar na ontologia, orienta-se pelo simbólico, signos e significações que determinam o sujeito que se constitui na/pela linguagem, portanto independente da vontade deste.

Frege (1978:63), em sua obra intitulada *O Sentido e a Referência*, posiciona-se tradicionalmente que o sentido da palavra é referencial, perpassando, assim, pelo crivo do conceito de verdade. Nesta acepção, o campo semântico teria uma decisiva influência pela realidade social. As posições de Frege reduzem a significação a sua referência, tendo no valor de verdade a evidência de uma expressão linguística verdadeira. Russel (1985) considerava a função referencial dos nomes próprios como sua função fundamental.

Um nome é [...] um símbolo simples usado para designar um particular determinado ou por extensão um objeto que não é um particular, mas que se trata no momento como se fosse um particular, ou que se acredita falsamente ser um particular, tal como uma pessoa (RUSSEL, 1985. p. 106).

No percurso oposto deste posicionamento, consideramos o fato semântico como elemento base na constituição de sentido, as coisas são referidas enquanto significadas, não fundadas estritamente em sua existência. Ao propor a linguagem como significação do mundo e não apenas seu estar nele, compreendemos o salto qualitativo na posição teórica de identificação pelo fato de significar algo. Por fim, a designação se encontra na possibilidade de referência por meio da significação dos seres identificados.

Os estudos sobre enunciação de Guimarães se fundamentam no funcionamento da língua enquanto acontecimento de linguagem. Este autor se apresenta inscrito na posição dos estudos enunciativos a partir de Benveniste (1970).

O acontecimento da linguagem é considerado na relação entre língua, sujeito e história. Ao se pinçar uma materialidade histórica do real, situa-se no plano do simbólico e em

uma realização do dizer que é vivenciado por meio deste simbólico. O real, então, segundo Guimarães (2002. p. 18-22), é aquilo a que o dizer se expõe ao falar dele.

Os estudos sobre designação são tomados a partir de duas orientações. A relação entre designar e nomear e designar e referir. A designação de um nome se constitui pelo modo de nomear e o agenciamento específico da nomeação. Outros elementos constitutivos da designação são as referências feitas com um nome, ou as referências feitas por outros nomes. Sobre a relação entre designação e nomeação o que vem à tona é a relação entre enunciações, em contrapartida, na relação entre designação e referência, observa-se a forma em que o nome se relaciona a outros nomes, pela textualidade.

A designação deve ser tomada como *locus* da constituição de sentido. Não se concebe uma relação imanente e designativa de referência direta e restrita entre coisa e a expressão dela na língua. Sobre a referência em um postulado, Frege propõe uma relação unilateral e direta entre a expressão linguística e o objeto singular no mundo. Segundo Guimarães (1995. p. 74), o objeto é constituído por uma relação de discursos. A sua materialidade é de confronto.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2002. p. 18)

As palavras nos espaços de enunciação não significam sempre as mesmas coisas. Elas se relacionam, contrapõem-se e se alinham ou não, organizando-se e reorganizando-se em lugares de formação de sentido, por meio da materialidade histórica do real. Não há dependência da expressão linguística e sua representação imediata com o único objeto no mundo real. Designar, assim, é muito mais do que referência linear, sendo este ato a natureza própria da constituição de sentido, incluindo a história e o social como constitutivo da enunciação e dos sentidos.

Segundo Guimarães (2002. pags 40-41), as palavras ou expressões linguísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam. E é por essa linha teórica que formulamos considerações essenciais para o entendimento da língua como prática política, relacionada ao real, com um social enunciativo. Neste espaço de enunciação, no funcionamento da língua é que se articulam a língua, o sujeito e a realidade histórica.

O funcionamento semântico de palavras como cidade, município e comarca é estudado como palavras cuja designação não é de objetos únicos. Ao estudar estes funcionamentos, concebe-se o deslizamento de como outras palavras também designam outros espaços. A análise apresentada neste trabalho consistirá de como a palavra Mato Grosso designa, enquanto unidade que funciona em enunciados.

O novo sentido social da palavra Mato Grosso surgirá por meio do processo de designação que considera o funcionamento semântico-enunciativo e a sua respectiva inscrição em função do tempo e dos acontecimentos enunciativos, emergindo deste lugar este novo sentido, afetado pelo simbólico e pelo real, na materialidade histórica do dizer.

Esta análise se fundamenta no deslocamento semântico da descrição da palavra Mato Grosso, desde o período do Brasil, como Colônia de Portugal, século XVIII, meados de 1740 até os dias atuais. É preciso considerar as designações que a expressão/nome constrói nos acontecimentos enunciativos levando em consideração a cena enunciativa e os espaços enunciativos, na realização do dizer. Nesta orientação, é importante trazer o conceito de reescrituração referencial funcionando no acontecimento como um modo de predicar o nome, ao mostrar como dizendo o mesmo, diz outra coisa.

(...) “não há texto sem o processo de deriva de sentidos, sem reescrituração”
(GUIMARÃES, 2005, p. 28).

Se reescrever é concebido por Guimarães como uma reescritura de forma diferente ao já escrito, destacando as dissonâncias entre os sentidos, do processo à matriz, o essencial é analisar a dimensão destas formulações que emergem da descrição, como aspecto distintivo mesmo de sentido.

É com base nessa perspectiva que propomos analisar a designação de uma palavra pelo processo semântico de reescritura, pensando que, como nos aponta Nascimento (2004), o 6 que uma expressão significa em uma dada enunciação “é toda sua história de nomeações e referências realizadas, o que é, por sua vez, recortado como passado”

5.2. Análise designativa da palavra Mato Grosso, no Hino do Estado de Mato Grosso.

A oficialização do Hino de Mato Grosso se deu no dia 05 de setembro de 1983, pelo então governador Júlio José de Campos. O Decreto nº 38, de 03 de maio de 1983, oficializou o antigo poema “Canção Mato-grossense”, de autoria de Dom Francisco de Aquino Corrêa, e a música do maestro e tenente da Polícia Militar Emílio Heine.

Filho de Tomás de Aquino Corrêa e de Maria d'Aleluia de Aquino Corrêa, nasceu no dia 02 de abril de 1885, na cidade de Cuiabá, neste estado. Estudou na capital e teve o início da sua vida de sacerdote no Noviciado dos Padres Salesianos de Dom Bosco, no Coxipó da Ponte. Em janeiro de 1915, foi nomeado Bispo titular, na Catedral Metropolitana de Cuiabá, momento em que adotou oficialmente o nome que seria, posteriormente, consagrado na política, nas artes e nas letras: Dom Francisco de Aquino Corrêa.

No ano de 1917, assumiu a Presidência do Estado de Mato Grosso, tendo seu modo de governar analisado como conciliador. Inaugurou o serviço de iluminação elétrica de Cuiabá, o Instituto Histórico de Mato Grosso, e criou o Brasão de Armas de Mato Grosso. Em 1921, foi o fundador do Centro Mato-Grossense de Letras.

A frase latina ressalta no Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso "*Virtute Plusquam Auro*" prenuncia um sentido de dignidade, virtude e valores morais que valem mais do que qualquer tesouro. O Brasão de Armas deste Estado fora aprovado em Resolução nº 799, sancionada no dia 14 de agosto de 1918, pelo então Presidente do Estado, Dom Francisco de Aquino Corrêa. O artigo 140, da Constituição do Estado de Mato Grosso, o Brasão de Armas e a Bandeira, em 11 de julho de 1947. O conteúdo da Resolução nº 799, de 14 de agosto de 1918, que oficializa o Brasão de Armas do Estado será transcrito abaixo:

"D. Francisco de Aquino Corrêa, Bispo de Prusíade, Presidente do Estado de Mato Grosso. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa decretou e seu sancionei a seguinte Resolução:

Art. 1.º - O Brasão d'Armas do Estado de Mato Grosso compõe-se de um escudo em estilo português, isto é, com a ponta redonda, ocupada por um campo de sinople, sobre o qual assenta, lado a lado, um morro de ouro com dois cabeços, sendo um no centro do escudo, e outro um pouco mais abaixo, para a sinistra do mesmo. O resto do escudo é um céu de blau, sobre o qual domina, em chefe, a peça heráldica ultimamente consagrada no Brasão da Cidade de São Paulo, como símbolo do bandeirante, símbolo este que consiste em um braço armado a empunhar uma bandeira com a flâmula quadridentada e ornada com a Cruz da Ordem de Cristo, tudo de prata, exceto a cruz que é de goles. O escudo tem por timbre uma fênix de ouro a renascer da sua imortalidade ou fogueira de goles, e por suporte dois ramos floridos, um de seringueira e outro de erva-mate, enlaçados na base por uma fita que traz a legenda: "*Virtute Plusquam Auro*".

Art. 2.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o necessário crédito para as despesas de

impressão e propaganda do referido Brasão.
 Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir fielmente. O Diretor da Secretaria do Governo a faça imprimir, publicar e correr. Palácio da Presidência do Estado, em Cuiabá, 14 de agosto de 1918. 30.º da República. FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA - Bispo de Prusíade - BENITO ESTEVES".

A atualização das cores do Brasão de Armas foi oficializada pelo Decreto n.º 5.003, de 29/08/1994: "O Governador do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual e, Considerando que a Resolução n.º 700, de 14 de agosto de 1918, do Excelentíssimo Reverendíssimo Dom Francisco de Aquino Corrêa, Bispo de Prusíade, Presidente do Estado de Mato Grosso, ao criar o Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso, adotado pelo povo mato-grossense, nos termos do artigo 19 da Constituição Estadual, não fixou suas cores, permanecendo como fonte, na maioria das vezes em que é impresso, o costume, fato que vem ocasionando impressões em cores diversas.

DECRETA:

Art. 1.º - O Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 19 da Constituição Estadual, é o instituído pela Resolução n.º 799, de 14 de agosto de 1918, da Presidência do Estado de Mato Grosso, que tem a seguinte disposição:

Art. 2.º - A feitura do Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso, além das contidas na Resolução n.º 799/1918, supra descrita, deverá atender as seguintes disposições:

I - O escudo em estilo português será confeccionado na cor azul do céu de blau, com sua ponta redonda em verde sinople com o morro em amarelo ouro;
 II - O braço armado, peça heráldica, símbolo do Bandeirante, na cor prata;
 III - A Cruz da Ordem de Cristo, no meio da flâmula quadridentada, em goles, ou seja, vermelho róseo;

IV - O timbre do escudo, a fênix com a cabeça voltada a sua (dela) direita, na cor amarela ouro, com sua fogueira em vermelho róseo ou goles;

V - Os dois ramos floridos, um de seringueira, à direita, e outro de erva-mate, em suas cores

naturais, ou seja, o ramo na cor marrom, as folhas verdes e as flores brancas; VI - Por último, a fita que enlaça os ramos da cor vermelha, com a legenda em dourado, cor esta que envolve o escudo português e a fita da legenda. Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 29 de agosto de 1994, 173.º da Independência e 106.º da República. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS - Governador do Estado".

Motivando a oficialização do Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso, Dom Francisco de Aquino Corrêa, na condição de presidente do Estado, enviou esta mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso: "É com a mais viva satisfação que hoje ofereço ao vosso detido exame o seguinte projeto-de-lei que estabelece o Brasão de Armas do Estado, de acordo com a descrição constante do mesmo projeto e com o anexo desenho que fiz executar na Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Eis o projeto:

(Texto da Resolução 799)

Segue o texto da justificativa: "Mais oportuna ocasião, penso eu, não se nos pudera deparar a este fim do que está, em que Governo, Assembleia e povo, patrioticamente unânimes, cogitam de festejar solenemente o bicentenário da nossa história.

Não é fácil, em verdade, aos escassos de competência, como quem vos escreve, resumir, Srs. Deputados, no breve espaço de um escudo de armas, os símbolos que sem contrariar a simplicidade, a clareza, o uso, a tradição e, em geral, as regras heráldicas, possam, de alguma forma, sintetizar e definir um povo. Entretanto, depois de haver consultado entendidos, e cômico de encontrar no meio de vós colaboradores inteligentes e dedicados, ousei propor ao vosso estudo o supracitado projeto.

Nele, conforme passo a explicar, tentei simbolizar a nossa terra, a nossa gente, a nossa história, os nossos ideais. A nossa terra aí está de sobejo figurada nesse campo verde, nesse morro de ouro, nesse céu azul e nesses dois galhos em flor emprestados aos nossos ervaes do Sul e seringais do Norte. São as belezas da sua natureza, são as suas riquezas minerais, vegetais e pecuárias.

Acresce que o verde e o ouro ou amarelo são as cores nacionais da grande União, a que nos

orgulhamos de pertencer, e o esmalte azul, que simboliza em heráldica a elevação e a pureza, inculcará perfeitamente os ideais do nosso povo. A nossa gente e a nossa história aí estão igualmente representadas pela fênix e pelo braço do bandeirante.

Nesse braço armado que desfralda a bandeira com a cruz vermelha da Ordem de Cristo, palpita para o povo mato-grossense um mundo de tradições. Foi esse o braço forte que lutando, corpo a corpo, contra a natureza e o homem igualmente selvagens, inaugurou a nossa história, abrindo-nos definitivamente as portas da civilização. Esse braço é também a estirpe vigorosa donde brotou, na profundez imensa deste sertão, a família e a sociedade mato-grossense. Mato Grosso, portanto, que marcou assim o supremo esforço dos bandeirantes paulistas na avançada afoita para o Ocidente, não poderia esquecer em seu brasão d'armas a ínclita memória daqueles heróis.

Por sua vez, a fênix, embora pouco usada como timbre heráldico, não assentará mal sobre as armas do Estado, porquanto foi ela quem timbrou o nosso primeiro escudo, o da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, como consta do termo de instalação da mesma Vila. E aqui vem de molde lembrar que esse primitivo escudo a que nos referimos, trazia também um campo verde e um morro dourado, símbolos que ainda por esse motivo, em homenagem à tradição, houve-se por bem manter no atual projeto.

Demais disso, é transparente e ampla a significação da fênix como símbolo que é da imortalidade, tão consentâneo aos anelos de um povo progressista. Finalmente, para sintetizar em conciso lema a expressão geral do brasão, propõe-se a legenda latina "Virtute Plusquam Auro": pela Virtude mais do que pelo Ouro, aludindo assim claramente aos dois móveis principais do escudo, que são o monte de ouro e o braço do bandeirante.

No passado, essa divisa quer dizer que a nossa terra, com ser tão rica, não foi valorizada senão pela virtude, pelo esforço, pelo valor do bandeirante, porque tudo isso, e mais ainda, como sabeis, pode significar o termo latino "virtus". Para o futuro, esse dístico é uma palavra de ordem. O progresso contínuo que é a nossa aspiração simbolizada na fênix, Mato Grosso o conseguirá mais pela virtude, pelo valor, pelo trabalho dos seus filhos, do que pelo ouro e pelas

riquezas da sua natureza, que sem a obra inteligente e perseverante do homem, permanecem fatalmente ignoradas, inertes e inúteis.

Enriqueçamos o nosso futuro, mas, sobretudo formemo-lo na virtude. Ouro são as nossas riquezas naturais; ouro é o diamante, o manganês, a mica; ouro é a seringueira, o mate, a ipeca; ouro são os nossos intermináveis campos e matas férteis. Mas a virtude é a justiça que consolida a Pátria; a virtude é o patriotismo que por ela se sacrifica; a virtude é o valor militar, que a defende; a virtude é o trabalho que a nobilita e engrandece.

Srs. Deputados: Ao Vos apresentar o projeto do nosso Brasão d'Armas, que, segundo o costume de antigas nobiliarquias, não era concedido senão a estados e cidades as mais nobres, nutro a esperança de que se vos dignardes de o converter em lei ainda na presente sessão já notável pelos seus patrióticos trabalhos, tereis dado a nós todos mais um belo incentivo para acrisolarmos sempre melhor a superioridade e a nobreza dos nossos sentimentos cívicos e políticos.

Deus vos guarde, Srs. Deputados.

Palácio da Presidência do Estado, em Cuiabá, 06 de agosto de 1918. (L.S.) FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA, Bispo de Prusíade." RESOLUÇÃO N° 799/1918,

Cria o Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso. D. Francisco de Aquino Corrêa, Bispo de Prusíade, Presidente do Estado de Mato Grosso. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte Resolução:

Art. 1 ° - O Brasão d' Armas do Estado de Mato Grosso compõe-se de um escudo em estilo português, isto é, com a ponta redonda, ocupada por um campo de sinople, sobre o qual assenta, lado a lado, um morro de ouro com dois cabeços, sendo um no centro do escudo, e outro um pouco mais abaixo, para a sinistra do mesmo. O resto do escudo é um céu de blau, sobre o qual domina, em chefe, a peça heráldica ultimamente consagrada no Brasão da Cidade de S. Paulo, como símbolo do bandeirante, símbolo este que consiste em um braço armado a empunhar uma bandeira com a flamula quadridentada e ornada com a Cruz da Ordem de Cristo, tudo de prata,

exceto a cruz que é de goles. O escudo tem por timbre uma fênix de ouro a renascer da sua imortalidade ou fogueira de goles, e por suporte dois ramos floridos, um de seringueira e outro de erva-mate, enlaçados na base por uma fita que traz a legenda: "Virtute Plusquam Auro".

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o necessário crédito para as despesas de impressão e propaganda do referido brasão.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir fielmente. O Diretor da Secretaria do Governo a faça imprimir, publicar e correr. Palácio da Presidência do Estado, em Cuiabá, 14 de agosto de 1918, 30º da República.

FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA
Bispo de Prusíade.

BENITO ESTEVES – DECRETO Nº 5.003, DE 29 DE AGOSTO DE 1994, Oficializa as cores do Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso. O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso 111, da Constituição Estadual e,

Considerando que a Resolução nº 799, de 14 de agosto de 1918, do Excelentíssimo Reverendíssimo Dom Francisco de Aquino Corrêa, Bispo de Prusíade, Presidente do Estado de Mato Grosso, ao criar o Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso, adotado pelo povo mato-grossense, nos termos do artigo 19 da Constituição Estadual; não fixou suas cores, permanecendo como fonte, na maioria das vezes em que é impresso, o costume, fato que vem ocasionando impressões em cores diversas.

DECRETA:

Art. 1º - O Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 19 da Constituição Estadual, é o instituído pela Resolução nº 799, de 14 de agosto de 1918, da Presidência do Estado de Mato Grosso, que tem a seguinte disposição:
"Art. 1º - O Brasão d'Armas do Estado de Mato Grosso compõe-se de um escudo em estilo

português, isto é com a ponta redonda, ocupada por um campo de sinople, sobre o qual assenta lado a lado, um morro de ouro com dois cabeços, sendo um no centro do escudo, e outro um pouco mais abaixo, para a sinistra do mesmo. O resto do escudo é um céu de blau, sobre o qual domina, em chefe, a peça heráldica ultimamente consagrada no Brasão da Cidade de São Paulo, como símbolo do bandeirante, símbolo este que consiste em um braço armado a empunhar uma bandeira com a flâmula quadridentada e ornada com a Cruz da Ordem de Cristo, tudo de prata, exceto a cruz que é de goles. O escudo tem por timbre uma fênix de ouro a renascer da sua imortalidade ou fogueira de goles, e por suporte dois ramos floridos, um de seringueira e outro de erva- mate, enlaçados na base por uma fita que traz a legenda: "Virtute Plusquam Auro".

Art.2º - A feitura do Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso, além das contidas na Resolução nº 799/1918, supra descrita, deverá atender as seguintes disposições: I - o escudo em estilo português será confeccionado na cor azul do céu de blau, com sua ponta redonda em verde sinople com o morro em amarelo ouro;

II - o braço armado, peça heráldica, símbolo do bandeirante, na cor prata;

III - a Cruz da Ordem de Cristo, no meio da flâmula quadridentada, em goles, ou seja, vermelho róseo;

IV - o timbre do escudo, a fênix com a cabeça voltada a sua (dela) direita, na cor amarela ouro, com sua fogueira em vermelho róseo ou goles;

V - os dois ramos floridos, um de seringueira, à direita, e outro de erva- mate, em suas cores naturais, ou seja o ramo na cor marrom, as folhas verdes e as flores brancas;

VI - por último, a fita que enlaça os ramos da cor vermelha, com a legenda em dourado, cor esta que envolve o escudo português e a fita da legenda.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 29 de agosto de 1994, 173º da Independência e 106º da República.



<http://portal.unemat.br/?pg=site&i=comunicacao&m=normas-e-padres&c=brasoes>

Hino de Mato Grosso:

*Limitando, qual novo colosso,
O Ocidente do imenso Brasil,
Eis aqui, sempre em flor, Mato Grosso,
Nosso berço glorioso e gentil!*

*Eis a terra das minas faiscantes,
Eldorado como outros não há,
Que o valor de imortais bandeirantes
Conquistou ao feroz Paiaguás!*

*Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu
Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!*

*Terra noiva do Sol, linda terra
A quem lá, do teu céu todo azul,
Beija, ardente, o astro louro na serra,
E abençoa o Cruzeiros do Sul!*

*No teu verde planalto escampado,
E nos teus pantanais como o mar,
Vive, solto, aos milhões, o teu gado,
Em mimosas pastagens sem par!*

*Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu
Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!*

*Hévea fina, erva-mate preciosa,
Palmas mil são teus ricos florões;
E da fauna e da flora o índio goza
A opulência em teus virgens sertões!*

*O diamante sorri nas grupiaras
Dos teus rios que jorram, a flux.
A hulha branca das águas tão claras,
Em cascatas de força e de luz!*

*Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu*

*Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!
Dos teus bravos a glória se expande
De Dourados até Corumbá;
O ouro deu-te renome tão grande,
Porém mais nosso amor te dará!*

*Ouve, pois, nossas juras solenes
De fazermos, em paz e união,
Teu progresso imortal como a fênix
Que ainda timbra o teu nobre brasão!*

*Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu
Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!*

A proposta de análise que apresentamos a partir da designação enunciativa da palavra Mato Grosso no hino do Estado se fundamenta nos estudos enunciativos desenvolvidos por Guimarães a partir da Semântica do Acontecimento (2002). Para as análises da significação se faz necessário o entendimento de que os sentidos se dão na/pela linguagem e são próprios da linguagem. Este estudo se orienta nas relações entre as expressões linguísticas e os objetos construídos pela linguagem, no mundo social e na real materialidade histórica, ou seja, as palavras tem seu valor no funcionamento da linguagem considerando o sujeito, a língua e a história. São essas condições que permitem o movimento semântico no seu funcionamento enunciativo.

É por meio do deslizamento ou deslocamento de sentido inicial, caracterizado pela descrição da palavra Mato Grosso e sua posterior movimentação semântica para a compreensão da relação expressão linguística/nome, posta na história, na atualização do dizer, que iniciaremos esta proposta. O momento histórico de ocupação bandeirante do Centro-Oeste do Brasil, com objetivo de exploração das riquezas minerais e mão de obra, tendo como objeto inicial as minas e os habitantes da região, o que justificaria o desejo intenso de desbravar este espaço inóspito. A colonização, os planos da Colônia e dos colonizadores e o descobrimento de novas terras, novos espaços de exploração e, por consequência, maiores lucros para a Colônia Portuguesa, foi o acontecimento capaz de assegurar opulência e garantir a economia, nos meados do Séc. XVIII.

O agenciamento das figuras de enunciação, a cena enunciativa, possibilitam uma análise que dá conta do movimento semântico, pois é pelo funcionamento morfossintático da palavra como descrição, ou seja, como literalidade, sua forma literal dicionarizável, a partir do processo de justaposição do substantivo mato ao adjetivo grosso, que compreenderemos a formação da expressão/nome Mato Grosso. O movimento semântico enunciativo da descrição até o nome, na designação permite mobilizar novos sentidos, compreendendo, assim, a atualização do dizer.

Retomando o que já foi dito sobre designação, ela é a própria significação do nome em um dado acontecimento, ou seja, é quando uma palavra é posta em contato com a materialidade histórica do real e a partir daí emergem sentidos outros, pois é afetada pelo simbólico, atravessada pela história e se significa e re-significa. Este processo permite uma distensão específica da instabilidade semântica construída no processo enunciativo.

Aqui, o sentido é aquilo que a palavra designa pelo funcionamento do acontecimento enunciativo. Isto é fundado no processo em que o nome é afetado pelo simbólico e atravessado pela história. A referência não é, assim, o elemento fundante do sentido, pois se

assenta na associação entre coisa e sua significação no mundo como objeto existente nele. Se a história é constitutiva do nome enquanto produção de sentidos e os possibilita deslizar, o que funcionaria como recorte deste sentido como palavra posta neste processo de historicização?

O memorável funciona como passado do tempo do acontecimento, relacionando os já ditos na enunciação. O acontecimento, assim, tem um passado constitutivo e é nele que os sentidos se convergem e se reproduzem em múltiplas constituições de outros sentidos. Nesta medida, pensamos que não é o sujeito quem nomeia a coisa, ou o objeto, nem uma expressão linguística, mas o próprio acontecimento enunciativo em que ocorre a expressão/nome.

O deslizamento semântico da expressão linguística/nome Mato Grosso só pode ser analisado a partir do acontecimento enunciativo que temporaliza e recorta um memorável. Iniciaremos a análise pela descrição da expressão linguística como parte constitutiva de um espaço geográfico da região central do Brasil, como Colônia de Portugal, no séc. XVIII. A descrição do local como de difícil acesso, com “mata densa”, mata fechada, de arvoredo muito elevado e corpulento, ao ser utilizada como enunciação, faz surgir novos sentidos, emergem desta enunciação elementos outros mobilizados pela significação, que a princípio seria como uma referência e passaria a ser mobilizada como designação do nome, pelo efeito atravessado pela materialidade histórica do real.

A metonímia seria uma figura possível de deslocamento. Este deslizamento que se dá pelo literal, pelo dicionarizável, da descrição, da expressão linguística carregada de denotação, passa de uma ordem linear para uma conversão designativa na significação do enunciado. A historicidade constituída como memória do dizer se atualiza nas cadeias de significantes. Vejamos o processo que possibilita o deslocamento de sentidos levando em consideração o fragmento abaixo:

A palavra *mato grosso* como “grandes florestas”, “arvoredo muito elevado e corpulento” “mata virgem”, “mata espessa formada de grossas e altas árvores” vai se deslocando para um enunciado semântico que faz emergir novos sentidos. Ao reescrever “Eis aqui, **sempre em flor**, Mato Grosso”, é concebida uma materialidade histórica do real que prenuncia um estado, um processo em dinâmica constante de refazimento e, no que se refere à condensação, substitui valores de significação de um simbólico que resgata o sentido do novo, mas atualiza o dizer na sua acepção de flor, como gentil, agradável e sempre em estado de graça. Este sentido é confirmado no verso “Nosso berço glorioso e gentil.”

A expressão/nome Mato Grosso dá espaço a novos sentidos que emergem do recorte do memorável, na atualização do dizer, e nos versos “Salve, terra de amor, Terra de ouro, Que sonhara Moreira Cabral! Chova o céu, dos seus dons o tesouro, sobre ti, bela terra

natal!”, observa-se o deslocamento semântico-enunciativo da expressão linguística que descreverá um espaço, um local, alguma coisa para um nome que produz sentido, silenciando, assim, o sentido dicionarizado das palavras que marcava uma descrição. É neste silenciamento que o nome Mato Grosso semantiza pela temporalidade, pela atualização do dizer, em sentidos outros, como “riqueza”, “imortalidade”, “tesouro”, “opulência”, “clareza”, “cultura”, “tradição”, “bravura”, “paz”, “união” e “ressurgimento”.

O processo semântico da reescrituração “faz com que algo do texto seja interpretado como diferente de si”. (GUIMARÃES, 2005).

No caso do Hino de Mato Grosso, a referência dá lugar a vários sentidos que emergem na temporalidade do acontecimento enunciativo. É necessário compreender a importância da historicidade que se funda na ocupação e colonização da região Centro-Oeste do Brasil. Assim, reescrever é emergir novos sentidos e identificar diferenças não sendo um ato fundado na homogeneidade discursiva. Para Guimarães (2005), este novo se dá na reescritura por procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente que já foi dito. Analisar a designação de uma palavra pela reescritura é trazer a história dela e perceber as diferenças que surgem deste processo.

A reescrituração, segundo Guimarães (2005), é:

uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente. [...] E ao reescrever, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável (GUIMARÃES, 2005).

Como a reescritura se fundamenta na diferença, da referência da expressão *mato grosso* na temporalidade do acontecimento enunciativo das práticas sociais dos sujeitos-colonizadores, na cena enunciativa, no agenciamento enunciativo das leis, decretos e nomeação, até o surgimento de sentidos outros. No caso específico do Hino de Mato Grosso, a cada funcionamento morfossintático caracterizado pelo adjetivo especificador é predicado algo diferente sobre a expressão/nome Mato Grosso.

O funcionamento da temporalidade própria do acontecimento que recorta como memorável a presença do desbravador bandeirante ocupando um espaço inóspito e com a presença do bravo gentio.

Ao considerarmos o deslizamento semântico da referência/descrição da palavra *mato grosso* pela designação no processo de reescritura da expressão/nome Mato Grosso, são percebidos, no Hino de Mato Grosso, múltiplos sentidos pela predicção do qualificador genérico *grosso*, como parte constitutiva do nome *mato*. Na composição do Hino Nacional de Mato Grosso, os adjetivos que compreendem o predicativo no processo de reescrituração da expressão/nome Mato Grosso, na sua relação de se referir à expressão/nome, passam a determinar a expressão/nome e a predicá-la. Este procedimento de retomada de enunciação é o que diferencia e rediz sobre Mato Grosso, a cada nova enunciação, novo sentido é dado à expressão.

Quando se analisa as formulações que constituem o Hino de Mato Grosso, os predicativos ao referirem e predicarem sobre a expressão/nome Mato Grosso, rememoram sentidos outros, porque quando se relacionam em novos agenciamentos, há a proposição de novos sentidos. Serão apresentados blocos que serão analisados como formulações que silenciam a referência inicial fundada na descrição.

(1) Limitando, qual novo colosso,
O Ocidente do imenso Brasil,
Eis aqui, sempre em flor, Mato Grosso,
Nosso berço glorioso e gentil!

(2) Eis a terra das minas faiscantes,
Eldorado como outros não há,
Que o valor de imortais bandeirantes
Conquistou ao feroz Paiaguá!

(3) Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu
Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!

Nos grupos (1) e (2), a expressão linguística/nome Mato Grosso se apresenta posteriormente ao deslizamento semântico enunciativo ser realizado, ou seja, é no acontecimento enunciativo da ocupação da região Centro-Oeste pelos bandeirantes paulistas, na condição de existência deste sujeito-bandeirante no seu ato de desbravar este espaço inóspito, com mata densa, fechada, de difícil acesso, que se funda na descrição e referência de *mato grosso*, a latência de futuridade: o emergir de um povo e uma região (cultural) que virá a ser

um “berço glorioso e gentil” daqueles que permanecerão e fecundarão este solo, esta terra, que como uma flor, simboliza a criação, a pureza, a fertilidade, o ciclo vital e a pureza.

É no acontecimento da ocupação da região central do sertão do Brasil Colônia, no século XVIII, que a expressão/nome Mato Grosso se semantiza e ao se semantizar se re-significa. Pode-se dizer que é na designação, na descrição do local, *mato grosso*, para a expressão/nome, Mato Grosso, que se mobilizam os sentidos. Então, a partir da referência dos desbravadores bandeirantes, no contato inicial com esta mata virgem e densa, em que a descrição possibilita no espaço demarcado na metonímia topográfica, emergindo do lugar ocupado um novo sentido presente no acontecimento, que é sempre uma nova temporalização.

O grupo (3) possui uma especificidade de reescritura que permite uma inserção ideológica caracterizada por uma interpretação que não é subjetiva, mas política em seu caráter de enunciação. Sendo que falar não é estar no tempo e sim na memória, pode-se depreender toda mobilização de sentidos pelos agenciamentos enunciativos e suas respectivas figuras de enunciação em jogo na composição do acontecimento em questão, quando se deslizam os sentidos por “terra de amor” / “terra de ouro”. É na reescritura deste conjunto que este procedimento textual rediz o que já foi dito e, posto na história, mobiliza novos sentidos. É nesse jogo de retomada de algo dito anteriormente, na sequência enunciativa (2) “*Eis a terra de minas faiscantes*” que é aberta a latência de futuro a ser interpretada no grupo (3).

Ainda sobre o grupo (3), é na rememoração da enunciação, sendo este passado denominado de memorável, que o acontecimento enunciativo recorta estes sentidos outros. Na sequência enunciativa (3) “*Que sonhara Moreira Cabral*”, ao rememorar enunciações, ressurgem com um memorável acerca da vida de Moreira Cabral, que filho do coronel Pascoal Moreira Cabral e de Mariana Leme, nasceu em Sorocaba (SP), no ano de 1654. De acordo ao Almanaque Cuyabá, desde muito jovem, dedicou-se ao sertanismo “preador” de índio e já, em 1682, era cabo da bandeira capitaneada por André Zunega.

Em 1699, capitaneou uma bandeira na região de Curitiba e, em 1716, seguiu novamente para a região de Miranda, onde passou dois anos em incursões de aprisionamento de índios. Dois anos depois, terminou subindo o rio Paraguai, atingindo o Cuiabá e, deste, seu afluente, o Coxipó, sendo assim, eleito Guarda-Mor das novas minas descobertas. (SIQUEIRA, 2002).

(4) *No teu verde planalto escampado,
E nos teus pantanais como o mar,
Vive, solto, aos milhões, o teu gado,
Em mimosas pastagens sem par!*

(5) Hévea fina, erva-mate preciosa,
 Palmas mil são teus ricos florões;
 E da fauna e da flora o índio goza
 A opulência em teus virgens sertões!

(6) O diamante sorri nas grupiaras
 Dos teus rios que jorram, a flux.
 A hulha branca das águas tão claras,
 Em cascatas de força e de luz!

No conjunto de grupos (4), (5) e (6), a SE (4) “verde planalto escampado” / “pantanais como o mar” / “mimosas pastagens sem par” / a SE (5) “hévea fina” / “ricos florões” / “virgens sertões” / a SE (6) “grupiaras” / “águas tão claras” / “cascatas de força e de luz”, emergem que predicando sobre *mato grosso* mobilizam sentidos para que a referência inicial enunciada pelo sujeito-bandeirante que desbravara a mata densa, apresentada na descrição da vegetação local, fosse silenciada e esta mobilização recortada pelo memorável não se restringisse à determinação descritiva do local. Surgiria deste acontecimento o sentido presente pela construção das relações designativas. Percebemos, então, que ao silenciar a descrição, o funcionamento semântico do nome tem um novo significado, partindo da ideia de que o texto é uma unidade integrada de significação por enunciados que não segue linearmente uma ordem segmental.

Nestes grupos, os adjetivos (4) “verde” / “mimosas” / (5) “fina” / “ricos” / “virgens” (6) “claras” que compreendem o sentido predicado no processo de reescrituração da expressão/nome Mato Grosso, na sua relação de se referir à expressão/nome, passam a determinar a expressão/nome e a predicá-la, fortemente, em um jogo de conflitos enunciativos, que ao historicizar, traz lembranças de enunciações já ditas, que têm como marca fundamental a significação atualizada pela história no acontecimento do dizer. O que se torna mais intenso nesta configuração do funcionamento da linguagem é a latência de futuro projetada que atribui o presente ao acontecimento sem materializar um aspecto de cronologia e temporalização segmental.

Então, no grupo (4), na SE “*No teu verde planalto escampado*” e na SE “*Em mimosas pastagens sem par!*”, depreendem-se elementos constitutivos da hegemonia na criação de gado, no plantel que preenche o vasto campo inteiramente povoado pelo rebanho bovino. É na referência, na descrição do local que se interpõe as enunciações recortadas pela memória e surge a latência de futuro que projeta pela atualização do dizer na história o que o

texto rediz. É nesta ação de reescritura que a significação tem seu funcionamento linguístico-discursivo na temporalidade do acontecimento, que atualiza o dizer, o seu presente.

Em seguida, continuamos a análise, contrapondo os adjetivos, que no funcionamento morfossintático de determinação do nome, no grupo (4), “*escampado*” / “*mimosas*”, faz menção à vasta região repleta de rebanho, *aos milhões*, mobilizando sentidos que se entrecruzam ao despovoamento, à hegemonia do estado, que em 2015, segundo IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2015 e Pesquisa Trimestral do Abate de Animais 2015, na atualização do dizer, respondendo à latência de futuro, como projeção, no acontecimento do dizer, atingiu o maior rebanho de sua história. Na identificação do funcionamento destes dois determinantes na materialidade linguística apresentada para análise da expressão/nome Mato Grosso, são observadas cadeias de enunciações que não se antagonizam, mas se fundam em uma situação paradoxal.

No grupo (6), nas sequências enunciativas (6.1) “*O diamante sorri nas grupiaras.*” / (6.2.) “*Dos teus rios que jorram, a flux.*” / (6.3.) “*A hulha branca das águas tão claras*” / (6.4) “*Em cascatas de força e de luz!*”, o funcionamento morfossintático de determinação da expressão/nome mobiliza múltiplos sentidos pelos efeitos da intenção presente no dizer.

Com o objetivo de descrever o funcionamento deste processo de semantização que no grupo (6) tem um modo de significar fortemente literário, com o simbolismo, com a estética e a relação humana, depreendem-se sentidos que são mobilizados pela sinestesia e não mais pela metonímia exclusiva. A determinação da expressão/nome no funcionamento morfossintático neste grupo (6) ao renomear pelos planos sensoriais distintos ou heterogêneos e multiformes nos possibilita redizer o que já foi dito de uma forma infinita, pois pela significação histórica, sua materialidade se funda na historicidade, por meio de uma conjunção sensorial que não se limita à língua, mas ao seu funcionamento semântico-enunciativo.

A SE (6.1) “*O diamante sorri nas grupiaras*” apresenta uma relação marcada pela interação de uma forma enunciativa com outras.

Aqui, percebemos que o político recorta na reescrituração um passado como memorável. Este passado suscita pelo “jogo” de interação dos sentidos na enunciação a constituição da história inicial de ocupação do sujeito-bandeirante na reificação, por meio do implícito, a ideia originária de ouro, riqueza, opulência e supervalorização da ostentação do ouro, diamante e pedras preciosas (minério).

Em seguida, concebemos a ideia de que se a interdiscursividade, que é a relação do objeto com a exterioridade/história, fundamenta o conceito político, é na retomada de sentido que podemos compreender esta reedição de significados. O funcionamento da materialidade linguística em questão se mobiliza pela inscrição das diversas posições interdiscursivas. Na SE (6.1), isto se dá reformulando o discurso com um atravessamento do simbólico, do real e do imaginário, nas múltiplas representações sociais que se realizam pelos recursos estilísticos da personificação ou prosopopeia.

Nas demais sequências, SE (6.2), (6.3) e (6.4), observa-se uma série de elementos pictóricos que atribui ao grupo (6) uma literariedade própria na inscrição poética destas linhas. As SE (6.2.) “*Dos teus rios que jorram, a flux.*”, (6.3.) “*A hulha branca das águas tão claras*” e (6.4) “*Em cascatas de força e de luz!*” produzem sentidos que representam uma abundância no fluxo vertente de seus rios límpidos e claros que resgatam a simbologia virginal desta região idílica. A utilização da palavras como *rioS/ flux/ águaS/claraS/cascataS/luZ* produzem uma paranomásia que mobiliza sentidos relacionais inscritos em uma posição interdiscursiva.

(7) *Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!
Dos teus bravos a glória se expande
De Dourados até Corumbá;
O ouro deu-te renome tão grande,
Porém mais nosso amor te dará!*

(8) *Ouve, pois, nossas juras solenes
De fazermos, em paz e união,
Teu progresso imortal como a fênix
Que ainda timbra o teu nobre brasão!*

O grupo (7) possui sequências linguísticas que retomam o objetivo inicial do sujeito-bandeirante desbravador que buscara pedras preciosas, riqueza, opulência e mão de obra para as minas. O projeto de interiorização que a Colônia Portuguesa iniciara no século XVIII, com vistas à exploração da região central teve como ato fundador a descoberta de nativos e minas para incrementar a economia da Colônia. A referência inicial que possibilitou o sentido de riqueza (ouro/tesouro) posta na história, atualizada no dizer, na temporalidade do acontecimento, com um novo sentido, teve na designação, a mobilização de sentidos outros atribuídos na prática social da identificação do seu povo, que na SE (7.6), pelo amor de quem *aqui* vive mais *renome* te dará. As SE (7.5) “*O ouro deu-te renome tão grande*” e (7.6) “*Porém*

mais nosso amor te dará!” como rememorações de enunciações já ditas funcionam como acontecimento de linguagem.

A SE (7.4) “*De Dourados até Corumbá*” se refere à Mato Grosso, designado como um Estado da federação brasileira, que tivera um processo de desmembramento, pela Lei Complementar Nº 31, de 11 de outubro de 1977, que criou o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso. Este acontecimento mobiliza sentidos que recortam um memorável de um estado de grande extensão e abrangência territorial. É importante ressaltar a força da temporalidade do acontecimento que traz um passado que não é memória, mas sim rememorações de enunciações outrora ditas e reeditas.

O acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2002).

A SE (8.1) “*Ouve, pois, nossas juras solenes*” de forma *ilocutária* mobiliza sentidos que reforçam o comprometimento efetivo no desenvolvimento desta região, por meio da identificação, como acontecimento fundado no social e na história. Ainda no grupo (8), observa-se uma série de atos ilocucionários que de força performativa marca um desejo pungente de manutenção de paz e prosperidade que se refaz constantemente pelas enunciações abertas pelas palavras *imortal* e *fênix*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo semântico da enunciação em articulação com as demais teorias linguísticas permite uma análise profunda na língua portuguesa. As teorias desde o Estruturalismo até a Análise de Discurso possibilitam um marco teórico muito importante para o deslizamento do professor nas mais diversas situações de ensino e aprendizagem da língua.

A ludicidade é um fator que amplia a afinidade do aluno com sua própria língua. Perceber um universo multifacetado da linguagem e a faculdade inventiva proposta para o exercício de uma realidade descentralizada, constitui o enfoque mais abrangente do ensino e aprendizagem, com vistas aos múltiplos saberes. Nesta orientação, ter a semântica da enunciação, no caso específico o estudo da designação no campo enunciativo se torna imprescindível para perceber o deslocamento metafórico e metonímico, no funcionamento enunciativo da linguagem.

Percebe-se então que o foco principal da avaliação formativa, em um ensino, com uma abordagem histórica e um olhar fundado nas posições da ideologia, por meio da dinâmica do inconsciente, prática matricial, de coesão social, como representação, encontra-se no desenvolvimento das aprendizagens dos alunos, onde, por meio da análise da trajetória percorrida neste processo de reconhecimento, o educador passa a observar, de forma globalizada, o modo como este aluno responde às diversas situações de uso concreto da língua.

Essa tese serve para explicar a nossa última proposição: só existe ideologia pelo sujeito e para o sujeito. Entenda-se: só existe ideologia para sujeitos concretos, e esta destinação de ideologia só é possível pelo sujeito: entenda-se, pela categoria de sujeito e pelo seu funcionamento.” (ALTHUSSER, 1980. p. 93).

Dessa forma, a esta variante, temos que acrescentar todas as determinantes que se inserem neste processo de investigação. É sabido que, dentre todos os fatores que permeiam estas situações educativas, o fator por excelência legitimado é a regra da diversidade, onde jamais se despreza o distinto e se explicita as múltiplas experiências de vida e as heranças culturais. No caso específico da língua e linguagem, permite-se ainda mais atribuir componentes culturais, sociais, culturais e políticos ao paralelo proposto, com base na noção de identidade, identificação e autopercepção, sujeito, simbólico, real e imaginário e, sobretudo, a materialidade histórica do real.

Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. (ORLANDI, 1999. p. 17).

Assim, avaliar neste percurso fundado em uma semântica enunciativa é uma atividade intrínseca e indissociável a qualquer tipo de ação que vise a provocar mudanças e deslizamento da referência pela designação, nomeando e ao significar, semantizando. As mudanças que se almejava estavam relacionadas aos aspectos didáticos e metodológicos no ensino da língua, com mediação do inconsciente.

O sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia. (ORLANDI, 1999. p. 20).

Nesse sentido, a avaliação é uma atividade que faz parte da ação educativa, como disse anteriormente, é um instrumento de autoconhecimento.

Se nos lançarmos a uma análise mais profunda, poderemos atribuir à avaliação o caráter dialético e diagnóstico do social. Por ser uma ação, podemos compreender que a avaliação é uma interpretação mediada pela ideologia e que provocará mudanças no processo educativo. Estas mudanças são responsáveis pelo realinhamento dos conceitos pré-construídos que o sujeito falante de uma língua reordena, em situações históricas de comunicabilidade, que mais do que evidência se assentam na ocultação e na opacidade.

Para as Ciências Humanas e Sociais em geral, já que elas se sustentam sobre a noção de sujeito, de linguagem e de situação, o efeito é o da redefinição do que é político, do que é ideologia, do que é histórico, do que é social, fazendo intervir a linguagem (como algo que não é transparente). E eu tenho me dado a esta tarefa. (ORLANDI, 2012. p. 239).

Se a ação educativa destina-se a promover o desenvolvimento humano, o certo é optar por uma forma de avaliação que contribua para que ela ocorra. No caso específico de um olhar diacrônico e sincrônico, torna-se mais importante o conhecimento e reconhecimento dos aspectos sociais, culturais, políticos, ideológicos, que propõe uma prática dialógica. Então, é necessário constituir a avaliação de uma nova face, a de ser um exercício que extrapole a

metacognição, transformando-se em um instrumento de aprender, com o objetivo real de promover a aprendizagem significativa e de resignificação, capaz de levar o aluno a se tornar sujeito e no processo de significação, transformar o seu universo social é capaz de mudar a si.

A avaliação é a reflexão transformada em ação, ação esta que nos impulsiona a novas reflexões, ou, como nas palavras de Hoffmann: “[...] Reflexão permanente do educador sobre sua realidade e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento” (HOFFMANN, 1993. p. 18).

Desta maneira, estando a atual prática da avaliação escolar a serviço de um entendimento teórico conservador da sociedade e da educação, precisamos propor o rompimento dos seus limites, que é o que queremos fazer. Para isso, temos que inseri-la num contexto pedagógico muito maior. Sendo a linguagem permeada pela interação e matizada pela ideologia, esta avaliação deve ser correspondente. E como fazer isto? Propondo atividades linguísticas que sejam sociodiscursivas, culturais e políticas e possíveis de intensa e contínua reconstrução social.

Esta inserção confirma-se no momento em que se coloca a avaliação a serviço de um processo dinâmico e significativo de ensino e aprendizagem que entenda e esteja preocupada com a educação como um mecanismo de transformação social, com a superação de todo o autoritarismo e baseando na aprendizagem do educando que tenha sentido e mobilize sentidos. A nova ação de avaliar exige a participação democrática de todos – um projeto escolar atual “no qual todos, professores e alunos, apoiando-se cada um em sua extremidade, façam da palavra uma ponte entre eles” (FREITAS, 1994. p. 94).

A concepção de avaliação em línguas sugere e reforça a sua natureza de ser inerente à ação, à dialética e à intervenção para a transformação social, característica exclusiva do ser humano, que deverá conduzir o processo educativo progressivamente a contribuir para a constituição de um sujeito, preparado para o conhecimento, um pensador livre, crítico, criativo e responsável perante o contexto socioeconômico, político e cultural em que está inserido como sujeito falante que não está completo e na incompletude assenta todo seu desejo de ser, de dizer de significar e re-significar.

Como sabemos, o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular. Outras coisas foram ditas antes e outras serão ditas depois. O que temos são sempre “pedaços”, “trajetos”, estados do processo discursivo. (ORLANDI, 2001. p. 14).

A este tipo de concepção, temos que levar em conta que não se deve trabalhar com verdades absolutas, prontas e acabadas. Porque a língua é social e ao se fundamentar no acontecimento, temporaliza e semantiza. É preciso investigar, indagar, avaliar a todo instante a construção e reconstrução, a sua maneira de ver o mundo e os processos dinâmicos que circundam a sua língua e sua fala.

Para Hoffmann (1999. pags. 62-63),

significa considerar que o conhecimento produzido pelo educando, num dado momento de sua experiência de vida, é um conhecimento em processo de superação. A criança, o jovem, aprimoram sua forma de pensar o mundo na medida em que se deparam com novas situações, novos desafios e formulam e reformulam suas hipóteses.

Assim, em uma proposta pedagógica para o estudo de línguas, com um olhar diacrônico e sincrônico, mas com vistas à intersubjetividade, e em uma avaliação inclusiva, não se pode dar ênfase a respostas certas ou erradas, pois elas não existem sob a inclinação da opacidade, sendo que a linguagem não é transparente e não se constitui pela evidência.

A avaliação, no contexto linguístico, deve também ser contínua, de forma a verificar os vários momentos de desenvolvimento do aluno, já que a ideia é dar ênfase também a relação do aluno com o seu próprio desenvolvimento, ao invés de apenas comparar o seu rendimento, em um dado momento, com parâmetros externos a ele. Mas, enquanto prática, percebe-se o processo inverso, tamanha é a força do estereótipo e da classificação. É preciso compreender que a ideologia produz sentidos e isso mobiliza novas formas de interpretar a realidade social que o aluno constitui.

A relação da ordem simbólica com o mundo se faz de tal modo que, para que haja sentido, como dissemos, é preciso que a língua como sistema sintático passível de jogo – de equívoco, sujeita a falhas – se inscreva na história. Essa inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história é que é a discursividade. (ORLANDI, 2009. p. 47).

A avaliação, exercida apenas com a função de classificar alunos, não dá ênfase ao desenvolvimento; é irrisória a sua contribuição ao crescimento dos educandos no que diz respeito à sua aprendizagem real. Esta classificação estigmatiza o aluno, desprezando o fator

histórico do homem, ou seja, sua dinamicidade e a superação dos conceitos adquiridos, em função da reconstrução destes mesmos conceitos.

Tendo em vista esta concepção, a avaliação da aprendizagem deve ter sempre uma finalidade diagnóstica, voltada para o levantamento das dificuldades do educando, percebendo os alinhamentos a serem feitos, à reformulação de procedimentos pedagógicos. Nota-se, a partir deste posicionamento, que o processo avaliativo deve-se constituir no fundamento maior da construção do conhecimento do educando, permitindo a interação e re-significação, ampliando seu campo de reconhecimento e otimizando seu senso crítico e de compreensão do seu universo social, cultural e político. O Sentido surge, então, da interpretação, não é um caminho regular e ordenado.

[...] não há sentido sem interpretação; b. a interpretação está presente em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa, e c. a finalidade do analista de discurso não é interpretar, mas compreender como um texto funciona, ou seja, como um texto produz sentidos. É preciso lembrar que nesta filiação teórica, não há sentido em si [...] (ORLANDI, 2008. p. 19).

Seguindo a compreensão do processo avaliativo, como uma ação, pelo sujeito afetado pelo simbólico, pela história, pelo real da língua, poder-se-ia, por meio, de um planejamento que contemple o diacrônico e sincrônico, fazer um diagnóstico do processo de aprendizagem, ou seja, dos caminhos percorridos pelo educando durante a construção deste conhecimento e o reconhecimento das unidades de significação para sua posterior ampliação. O signo linguístico deve ser analisado na sua forma totalizadora e não reducionista, pois, no ato nocional de sujeito, para Lacan, o sujeito deixa de ser, transformando-se em sujeito do inconsciente.

O estudo do movimento semântico da expressão linguística que descreve, com base em um referencial marcado pela literalidade e pelo denotativo não satisfaz o movimento semântico enunciativo, da temporalidade, da memória do dizer e da atualização. No funcionamento semântico enunciativo da linguagem, os dizeres atravessados pela materialidade histórica do real, pelos significados e significações, do simbólico, ao enunciarem fazem significar e se multiplicam em significações outras. “*Mato Grosso*” não mais se refere à descrição, não mais se relaciona à justaposição, anuncia e, ao anunciar, significa e, ao significar, semantiza.

É imprescindível e urgente quebrar paradigmas e criar. Criar uma aula de língua portuguesa que seja dinâmica, interativa, interconectada com novos códigos e tecnologias, mas embasada nos aspectos históricos, sociais e políticos, porque o homem é eminentemente

político e longe de ser a origem do dizer, a palavra significa por meio do memorável, da memória do dizer, da atualização deste dizer. O funcionamento semântico-enunciativo é o percurso necessário para o estudo do acontecimento e a designação está nele. O estudo do funcionamento enunciativo da expressão linguística/nome “*mato grosso*” viabiliza a análise do movimento semântico e este deslocamento semântico é um norte a seguir, sem estabilidade, sem centralidade do sujeito, mas marcado pela temporalidade, no acontecimento da linguagem.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 7. ed. São Paulo: Unicamp, 1998.
- CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetização & Lingüística**. 8. ed. São Paulo: Scipione, 2002.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Problemas de Lingüística descritiva**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **A Língua Falada no Ensino do Português**. 3. ed. São Paulo: ABBA, 2001.
- ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- FAVA, Rui. **Educação 3.0: como ensinar estudantes com culturas tão diferentes**. 2. ed. Carlini e Caniato Editorial, 2012.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**. 2. ed. São Paulo. Ática, 1998.
- FEITOSA, Vera Cristina. **Redação de Textos Científicos**. 4. ed. Campinas. Papyrus, 2000.
- FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **Leitura sem Palavras**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- FERREIRA, Maria Aparecida. **Origem da Língua Portuguesa**. 10. ed. São Paulo: Atual, 1988.
- FIGUEIREDO, L. C. M. **Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FINK, B. **O sujeito laciano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- _____. **Os anormais: curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. São Paulo, Campinas: Pontes, 2010.
- _____. **Enunciação e políticas de línguas no Brasil**. In: Revista Letras – Espaço de circulação da linguagem, nº. 27, jul./dez. 2006.
- _____. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. São Paulo, Campinas: Pontes, 2005.
- _____. **Enunciação, língua, memória**. Revista da ANPOLL, nº. 02, p. 27-33, 1996.

- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 5. ed. São Paulo. Loyola, 1999.
- HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- KARIM, Taisir Mahmudo. **Dos nomes à história – o processo constitutivo de um estado: Mato Grosso**. Campinas – São Paulo: Unicamp, 2012.
- KATO, Mary. **O Aprendizado da Leitura**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 5. ed. São Paulo: 1999.
- LAJOLO, Marisa. **Do Mundo da Leitura para a Leitura do Mundo**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1995.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. 3. ed. São Paulo: Unicamp, 1996.
- _____. **O que é linguística?** (1a.edição: 1986, Ed. Brasiliense). 15. ed. São Paulo: Brasiliense.
- _____. **As Formas do Silêncio** (1a. edição: 1992, Ed. da Unicamp; Prêmio Jabuti 1993). 6. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp.
- _____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos** (1a. edição: 1990, Ed. Pontes). 2. ed. Campinas: Pontes.
- _____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico** (1a. edição: 1996, Ed. Vozes). 2. ed. Campinas: Pontes.
- PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Futura, 2000.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. Unicamp, 1988.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- SILVA, Maria Cecília Perez de Souza; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística Aplicada ao Português**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24ª ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.
- TARALLO, Fernando. **Tempos Lingüísticos**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- ZANDWAIS, Ana. **Estratégias de Leitura: Como decodificar sentidos não-literais na linguagem não-verbal**. Porto Alegre: Sagra, 1990.

